



Cristina Mayumi Ibanhes Nakagawa

Identificando o Conhecimento Social sobre o Abuso Sexual de Crianças na Índia

Dissertação do Mestrado
Temas em Psicologia, Psicologia do Desenvolvimento e Educação da Criança
2014

Universidade do Porto

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

Identificando o Conhecimento Social sobre o Abuso Sexual de Crianças na Índia

Cristina Mayumi Ibanhes Nakagawa

2014

Dissertação apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, no âmbito do Mestrado em Temas de Psicologia, na área de especialização da Psicologia do Desenvolvimento e Educação da Criança, sob orientação científica da Professora Margarida Isabel Rangel dos Santos Henriques (F.P.C.E.U.P.) e co-orientada pela Professora Rao R. Bhavani (Amrita University, Ammachi Labs).

Resumo

O abuso sexual de crianças é um fenômeno não consensual em sua definição e permeado por mitos, estereótipos e estigmas. Dadas percepções equivocadas e crenças a seu respeito criam conhecimentos sociais os quais dificultam o reconhecimento de uma situação abusiva na infância bem como perturbam, a ponto de muitas vezes impossibilitar, trabalhos de prevenção e intervenção para com a vítima, o ofensor e suas comunidades. É deste modo que compreender o conhecimento social que se tem ao redor da problemática favorece iniciativas de prevenção, intervenção e sensibilização.

Esta investigação surge pela necessidade de delimitar o conhecimento social acerca do abuso sexual de crianças na Índia, e de se desenvolver, em última instância, um curso de prevenção e intervenção nesta problemática. Para tanto, foi proposta a exploração deste conhecimento por meio de um questionário quantitativo construído para efeito e, ao mesmo tempo a investigação das suas qualidades psicométricas. Neste sentido, realizou-se um estudo de sensibilidade, validade e fidelidade do instrumento utilizando uma amostra de 219 participantes.

Os resultados providenciaram evidências que permitem a aplicação do questionário como um instrumento viável ao mesmo tempo que apontam para a urgência de se informar sobre o conhecimento social acerca dos ofensores sexuais. Os resultados revelam um nível de conhecimento e de valorização do abuso sexual de crianças que aponta para a necessidade de iniciativas de prevenção e intervenção a este por meio do desenvolvimento de discussões em contextos formais e informais sobre sexo e sexualidade, a fim de promover uma educação sexual. Ainda produto desta investigação é a indicação da necessidade de desenvolvimento de iniciativas voltadas ao *psychological empowerment* da mulher em contexto da Índia e seu papel materno.

Abstract

Child sexual abuse is a non-consensual phenomenon in its definition and permeated by myths, stereotypes and stigmas. Such misperceptions and beliefs about it create a social knowledge which hinder the recognition of an abusive childhood situation and also disturb, or even make it impossible, the prevention and intervention work with the victim, the offender and their communities. That is why the understanding of the social knowledge around the issue favors initiatives of prevention, intervention and advocacy.

This investigation comes from the need to delimit the social knowledge of the sexual abuse of children in India, and develop, ultimately, a course of prevention and intervention for this problem. For that, the idea was to exploit this knowledge through a quantitative questionnaire build for the purpose and, at the same time, to investigate its psychometric properties. In this direction, a study of sensitivity, validity and reliability of the instrument was conducted, using a sample of 219 participants.

The results have provided evidence that allow us to apply the questionnaire as a viable instrument that points the urgency in learning about the social knowledge of sexual offenders. The results reveal a level of understanding and appreciation of the sexual abuse of children that points to the need for prevention and intervention initiatives through the development of discussions, in formal and informal contexts, about sex and sexuality attempting to promote sexual education. Another product of this research is the indication of the need to build up initiatives aimed at psychological empowerment of women in the context of India and its maternal role.

Résumé

L'abus sexuel des enfants est un phénomène non-consensuel par définition et est imprégné des mythes, stéréotypes et stigmas. Les idées fausses à ce propos créent une connaissance sociale qui entrave la reconnaissance d'une situation de violence de l'enfance tellement bouleversante, qui peut même rendre impossible la prévention et le travail d'intervention envers la victime, le délinquant et leurs communautés. De cette façon, comprendre la connaissance sociale autour de la question favorise les initiatives en matière de prévention, intervention et sensibilisation.

Cette recherche est née du besoin de délimiter la connaissance sociale de l'abus sexuel des enfants en Inde, et de développer, à terme, un cours de prévention et d'intervention à propos de cette problématique. Pour cela a été proposé l'exploitation de ces connaissances à travers un questionnaire quantitatif construit à cet effet et, en même temps, l'enquête de ses propriétés psychométriques. En ce sens, on a menée une étude de sensibilité, validité et fiabilité de l'instrument en utilisant un échantillon de 219 participants.

Les résultats ont fourni des preuves qui permettent l'application du questionnaire comme un instrument viable en même temps qu'ils montrent l'urgence d'en apprendre davantage sur la connaissance sociale des délinquants sexuels. Les résultats révèlent un niveau de compréhension et d'appréciation de l'abus sexuel des enfants. Cela souligne la nécessité des initiatives de prévention et d'intervention à travers du développement de discussions dans des contextes formels et informels sur le sexe et la sexualité, dans le but de promouvoir l'éducation sexuelle. Un autre produit de cette investigation est la nécessité de développer des initiatives visant le psychological empowerment des femmes dans le contexte de l'Inde et son rôle de mère.

Agradecimentos

À prioridade de vida que meus pais fizeram da educação de seus filhos - e um obrigada a parte à minha mãe por tudo.

À orientadora, Professora Margarida Rangel Henriques e a co-orientadora, Professora Rao R. Bhavani desta investigação. Ambas, personalidades femininas marcantes, de afiado poder intelectual e fortalecidas pela paixão profissional em seus trabalhos. Se aprender é também observar como o outro é e se faz em prática - e o que faz com sua própria prática, estas orientações marcam-me na vida académica e em âmbito pessoal.

Este estudo se fez por meio de uma longa jornada de três anos, envolvendo pessoas de muita importância e suporte em cada fracção de sua trajetória. Por não caberem todos os nomes aqui, que fique minha gratidão expressa a todas as pessoas queridas que se empenharam com muita disposição, paciência, carinho, respeito, companheirismo e compaixão em ajudar na realização deste trabalho. *Obrigada pelo apoio em todos os âmbitos, seja em académico ou pessoal.* Que se some ainda agradecimentos a gentileza e a disposição dos funcionários da biblioteca da Faculdade de Psicologia e Educação da Universidade do Porto, de sua Secretaria de Graduação e de sua cantina, delicados e cotidianos suportes que fizeram muita diferença na minha vida académica diária.

Ao contexto Índia, a cozinha ocidental de M.A. MATH, M.A. MATH e em especial ao Ammachi Labs – Amrita University. Agradeço também a oportunidade pelos trabalhos de campo e investigações paralelas a NGO *Prerana* e *Arpan* em Mumbai, e aos ativistas e adultos sobreviventes ao ASC, Harish Iyer e Cindrella Prakash.

À todos que compartilharam suas experiências pessoais de abuso sexual na infância em conversas informais quando souberam a respeito dessa investigação... partilhas que surpreenderam-me e me fizeram aprender muito sobre, significar e estruturar experiências.

À todas as bênçãos e graças *despejadas* sobre esse estudo.

Lista de Abreviaturas

ASC - Abuso Sexual de Crianças

CDC - Convenção sobre os Direitos da Criança

ECPAT – End Child Prostitution, Child Pornography & Trafficking of Children for Sexual Purposes

ICWR- International Centre for Research on Women

NSE – Nível socioeconómico

PO - Post Survey

PS1 – Pre-Survey 1

PS2 – Pre- Survey 2

WE – Women Empowerment

WHO – World Health Organization

UNICEF - United Nations International Children's Emergency Fund

Índice

| | |
|---|----|
| Introdução..... | 6 |
| 1ª PARTE - Enquadramento Téorico | 6 |
| Capítulo I - O Universo do Abuso Sexual de Crianças | 6 |
| 1. Definição de ASC: diversidade no conceito | 7 |
| 2. Perspectiva Histórica e Epidemiologia do ASC | 9 |
| 3. Causas: fatores de risco e vulnerabilidades | 12 |
| 3.1. Variáveis relacionadas a vítima..... | 13 |
| 3.2. Variáveis relacionadas ao Ofensor Sexual infantil..... | 15 |
| 3.3. Variáveis relacionadas ao Contexto Familiar | 16 |
| 3.4. Variáveis relacionadas a fatores culturais e sociais | 17 |
| 3.4.1.O contexto patriarcal | 17 |
| 3.4.2. O casamento de crianças..... | 19 |
| 3.5. A escassez de estratégias de prevenção e intervenção..... | 20 |
| 4. Consequências..... | 21 |
| 4.1. Vítima e impactos desenvolvimentais | 21 |
| 4.2. As interferências sócio-culturais no impacto desenvolvimental da criança | 23 |
| 4.3. Episódios traumáticos no contexto sócio-cultural da Índia: repostas ao abuso sexual de crianças..... | 24 |
| 5. Sobre a Vítima..... | 25 |
| 5.1. Mitos relacionados a tipologia de vítima | 26 |
| 5.1.1. Idade..... | 26 |
| 5.1.2. Género..... | 26 |
| 5.1.3. Fantasia infantil e falsas alegações | 27 |
| 5.1.4. A revelação e denúncia imediata | 27 |
| 5.1.5 Tipo específico de criança..... | 28 |
| 5.1.6. A criança sedutora | 29 |

| | |
|--|-----------|
| 5.1.7. A criança danificada | 29 |
| 5.1.8. De vítima a ofensor | 30 |
| 6. Sobre o Ofensor Sexual de Crianças..... | 30 |
| 6.1. Mitos relacionados a tipologia do ofensor..... | 31 |
| 6.1.1. Idade do agressor | 32 |
| 6.1.2. Género..... | 32 |
| 6.1.3. Relação com a vítima..... | 34 |
| 6.1.4. Estratégias utilizadas para agredir sexualmente | 34 |
| 6.1.5. Patologização do agressor sexual | 35 |
| 6.1.6. O estereótipo do monstro..... | 36 |
| 7. Estratégias para prevenção e intervenção do ASC | 38 |
| 7.1. O desenvolvimento de habilidades de vida nos programas de prevenção | 41 |
| 7.2. O contexto da educação sexual nos trabalhos de prevenção ao ASC..... | 42 |
| Capítulo II: A Índia | 43 |
| 1. Contexto Sócio- Cultural e ao Abuso Sexual de Crianças | 43 |
| 2. Dimensões da exploração no contexto de Abuso Sexual de Crianças | 45 |
| 2.1. Exploração Sexual Comercial de Crianças..... | 46 |
| 2.1.1. Prostituição Infantil | 47 |
| 2.1.2. Tráfico de Crianças para Fins de Exploração Sexual | 47 |
| 2.1.3. Casamento de crianças..... | 49 |
| 2ª PARTE - Estudo Empírico | 52 |
| 1. Introdução..... | 52 |
| 2. Método..... | 52 |
| 2.1. Participantes..... | 52 |
| 2.2. Instrumento..... | 53 |
| 2.3. Procedimento | 54 |
| 2.3.1. Procedimento de seleção..... | 54 |
| 2.3.2. Procedimento de Recolha de Dados | 56 |
| 2.3.3. Procedimento de Tratamento Dados | 57 |

| | |
|--|----|
| 3. Considerações Éticas..... | 57 |
| 4. Apresentação e Análise dos Resultados | 59 |
| 4.1.Resultados Psicométricos: Sensibilidade, Validade e Fidelidade..... | 59 |
| 4.2. Apresentação dos resultados descritivos do estudo com o grupo global de participantes. 64 | |
| 4.2.1. Sensibilidade e fidelidade dos resultados obtidos | 64 |
| 4.2.2. Descrição do conhecimento social sobre abuso sexual de crianças..... | 65 |
| 4.2.3. Características do conhecimento social sobre abuso sexual de crianças em função de variáveis socio-demográficas..... | 66 |
| 5. Discussão dos resultados | 68 |
| 5.1. Interpretação relativa a sensibilidade dos itens e frequência na escala..... | 69 |
| 5.1.1. Informação adequada (pontos 1 e 2 da escala) | 69 |
| 5.1.2. Informação vaga (ponto 3 da escala)..... | 71 |
| 5.1.3. Informação desadequada (pontos 4 e 5 da escala)..... | 72 |
| 5.2.Interpretação relativa as dimensões da escala..... | 74 |
| 5.2.1. Dimensão 1: Falta de informação | 74 |
| 5.2.2. Dimensão 2: Desvalorização do fenômeno | 74 |
| 6. Limitações do Estudo | 75 |
| Conclusões..... | 76 |
| Referências bibliográficas | 80 |

Índice de Tabelas

Tabela 1. Distribuição da amostra prevista por género e formação profissional.

Tabela 2. Distribuição da amostra por descrição de grupos e data de recolha.

Tabela 3. *Loadings* dos Itens nos dois factores, comunalidades e percentagem da variância explicada por cada fator.

Tabela 4. Distribuição descritiva da amostra prevista por género e formação profissional, média e desvio padrão.

Tabela 5. Distribuição descritiva dos fatores por género, média e desvio padrão.

Introdução

1ª PARTE - Enquadramento Téorico

Capítulo I - O Universo do Abuso Sexual de Crianças

A compreensão do fenómeno do abuso sexual de crianças encontra na literatura inúmeros obstáculos. “*Se a tendência é para tratar o abuso como uma síndrome perfeitamente identificável*” (Almeida, 2003, p.26), fato é que sua definição não reside em sinais e sintomas específicos, mas em uma série de classificações pertencentes a diversas áreas científicas e muitas vezes não consensual.

Inserido na problemática dos maus tratos na infância, o abuso sexual de crianças se constitui como um complexo e delicado problema social, além de ser considerado um problema de ordem moral (Finkelhor, 1986) e de saúde pública. Seu universo compreende um cenário composto por vários espectros disciplinares, desde o criminal ao psicológico, a passar pelo médico, sociológico, antropológico, policial, educacional, filosófico, histórico, entre outros, e cada um desses cenários é atravessado por numerosas variáveis, específicas ou não a sua área de investigação científica.

No âmbito do conhecimento que se tem sobre os discursos sociais, os contextos da psicologia do ASC e a literatura emergente a respeito dos mitos relacionados aos ASC (CSAM¹), esta investigação debruça-se sobre algumas das variáveis comuns aos distintos saberes científicos do fenómeno do abuso as quais se julgam essenciais à compreensão deste.

Dessa forma este estudo seleciona para discussão as seguintes variáveis: (1) Definição do conceito; (2) História e Epidemiologia do ASC; (3) Causas: fatores de risco e vulnerabilidades; (4) Consequências; (5) Sobre a Vítima; (6) Sobre o Ofensor Sexual de Crianças; (7) Estratégias para Prevenção e Intervenção.

¹ Abreviação do inglês para *Child Sexual Abuse Myths literature*.

Devido o fato do ASC sofrer influências dos contextos sócio-culturais em que se insere, decidiu-se, quando de relevância, retratar aspectos particulares do contexto desta investigação em algumas de suas variáveis. Assim, para melhor compreender o contexto de campo deste estudo, foi dedicado um capítulo especial para a Índia para e alguns aspectos de seu contexto sexualmente abusivo na infância.

1. Definição de ASC: diversidade no conceito

Um proeminente fator de nota a respeito do ASC é sua falta de enquadramento em um domínio disciplinar específico. A ser considerado como “*an extremely difficult problem to study*” (Finkelhor, 1986, p.11), o ASC encontra-se imerso em diferentes áreas científicas de conhecimento, e é envolvido por um contexto profissional multidisciplinar. Ainda caracterizado pela sua interdisciplinaridade, para Furniss (1991) o ASC se estabelece como “*a genuine and generic multidisciplinary problem*” (Furniss, 1991, p.xvii).

Como um das consequências de sua natureza multidisciplinar, verifica-se o fenômeno das sobreposições a respeito das definições do ASC. Dado fato resulta na formação de um sincretismo de conceituação dificilmente conciliável com o pensamento científico em sua literatura (Martins, 2002), a inexistência de uniformidade em sua definição (Bajpai, 2003) e uma não consensualidade. É desse modo que a discussão a respeito de seu conceito estabelece-se como um permanente objeto de debate, ao mesmo tempo em que muitas classificações inconsistentes (Zuravin, 1991, in Martins, 2002) não raro surgem em decorrência a isto.

Tendo em conta o caráter heterogêneo e não consensual acerca da definição da problemática, a presente investigação interessa-se apenas na exploração da compreensão ao redor de seu conceito. Para tanto, decidiu-se explorar brevemente o ASC nos domínios da justiça e da psicologia, bem como no contexto da Organização Mundial de Saúde e no âmbito da promoção e proteção dos direitos da criança como um todo. Nestes âmbitos, julga-se ser o ASC definido de forma clara e específica, a não observar-se divergências relevantes em seu conceito e sim complementaridades que facilitam a compreensão a respeito do mesmo.

Adaptamos aqui Barbosa (2011) o qual investiga o ASC na perspectiva da justiça. A pautar-se no artigo 171º do Código Penal Português de 2008 (capítulo V, secção II relativa aos crimes contra a autodeterminação sexual, in Barbosa, 2011), o ASC é descrito em geral no âmbito da justiça como a prática de um ato sexual de relevo com um indivíduo considerado criança e/ ou o ato de levar o sujeito criança a praticá-lo com outros, a englobar penetração (vaginal, anal, digital entre outros objetos), sexo oral, bem como diversos atos de cunho sexual (conversas, escritos, espetáculo, objetos pornográficos, atos exibicionistas, masturbações por terceiros, carícias bem como exposições a estes, etc.).

Barbosa (2011) afirma que o abuso sexual de crianças é compreendido pela psicologia por meio do espectro do abuso de poder e desrespeito pela intimidade do outro, agravado pelo fato do agressor (a) sexual servir-se de um estatuto de autoridade, da inocência da criança e de sua falta de maturidade para lidar com a sua sexualidade (e a do outro), para praticar o abuso. No âmbito da promoção e da proteção dos direitos da criança, ser o ASC *“defined as any kind of physical or mental violation of a child with sexual intent usually by a person who is in position of trust or power vis-à-vis the child”* (Bajpai, 2003, p.207).

Outra perspectiva que merece ser ressaltada tem a ver com o conceito de ASC dado pela Organização Mundial de Saúde, (2006). De acordo com a OMS (2006), o ASC traduz-se essencialmente no envolvimento da criança em práticas sexuais que visam a gratificação e a satisfação (sexual) de um adulto, jovem, criança ou qualquer indivíduo (a envolver ou não transações financeiras) que se encontre em uma posição de assimetria de poder ou de autoridade sobre a vítima. As práticas sexualmente abusivas em questão manifestam-se por meio de variadas dinâmicas e situações sexualmente abusivas (forçadas ou não), como exposição ou envolvimento em atos exibicionistas, pornográficos, carícias sexuais, penetração (anal, vaginal, digital ou de outros objetos), conversas de caráter sexual, entre outras. Dada atividade sexualmente abusiva na infância caracteriza-se por uma situação em que a vítima, por conta do seu estágio desenvolvimental, não é capaz de compreender, não se encontra preparada para experienciar, e por consequência, é incapaz de dar seu consentimento informado para o ato (adaptado de Organização Mundial de Saúde, 1999).

Inseridos na dimensão moral da definição do conceito de ASC (Finkelhor, 1986), há que se levantar por último a discussão sobre o dilema ético a respeito do consentimento informado da criança para o envolvimento em relações sexuais presente em muitas das

suas definições. Afinal, *são as crianças capazes de dar um verdadeiro consentimento para relações sexuais?*

Para Finkelhor (1986), duas condições básicas existem sobre o conceito de um verdadeiro consentimento informado: (1) a consciência do que se está a consentir; (2) a total liberdade de resposta, seja na afirmativa ou negativa. Baseados na mesma premissa de Furniss (1991) que define a infância como “*structure dependence (of children) on an adult for physical, emotional, cognitive and social care due to the lack of biological maturation*” (Furniss, 1991, p.8), compreendemos sobretudo a possibilidade de que a criança não se encontra em estágio desenvolvimental para um verdadeiro consentimento. É então que essencialmente compreende-se que “*sexo sem consentimento é sinônimo de violência*” (Rodrigues, 2014, p.24).

2. Perspectiva Histórica e Epidemiologia do ASC

De acordo com Almeida (2003), até a última metade do século XX o ASC não era publicamente equacionado como um problema consideravelmente sério. Para a autora, pelo fato das concepções sobre a infância não terem a mesma valoração que recebem hoje, até meados do século XII, a criança era considerada uma espécie de pequeno-adulto (um adulto em seu aspecto reduzido). A criança era também encarada como propriedade do adulto. É assim que devido a ausência da ideia de uma suposta inocência infantil, a noção de que assuntos sexuais poderiam causar perturbações a criança não eram comum na história do mundo ocidental. Ressalta-se que pouco se sabe ainda sobre a perspectiva histórica do mundo oriental em relação as práticas sexuais entre adultos e crianças.

Nesse contexto, a associação às brincadeiras sexuais dos adultos eram feitas as crianças, socializadas para se engajarem em atividades sexuais e tornarem-se objetos sexuais de adultos (Almeida, 2003). Cita-se o caso da pederastia grega (Grécia Antiga), prática que entre outros, baseava-se na responsabilidade de um mentor adulto pelo comportamento e formação de um jovem nobre, a qual também incluía instruções sobre práticas sexuais (Rodrigues, 2014). De acordo com o mesmo autor, também na Roma antiga a relação sexual entre um homem mais velho e um garoto (e entre uma menina e uma mulher) não era considerada perversão sexual, uma vez que o código sexual da época permitia esse tipo de relação.

Quando por volta do século XVII a noção de inocência infantil ganha força, desdobra-se dela a ideia de preservação da criança contra os eventos impuros da vida, em particular da sexualidade, fazendo surgir uma nova atitude moral perante a infância. Tal forma de pensar e agir dá início a compreensão do ASC como um problema social e político, redimensionando e ressignificando a sua gravidade.

Segundo Finkelhor (1981), a tendência de que novos problemas sociais tornem-se emergentes e sejam destacados socialmente depende basicamente de dois fatores principais: o poder político e a credibilidade pública. Dentro dessa linha de pensamento, defende-se a transformação do abuso sexual crianças em uma proeminente problemática social devido a aliança dos serviços de proteção a criança e o movimento feminista (Pfohl, 1977 in Finkelhor, 1981).

Entre as décadas de 1970 e 1980 o movimento feminista e seus temas emergentes deram voz as recordações dos abusos sexuais sofridos por muitas mulheres durante a infância, a então dar saliência e ênfase aos relatos retrospectivos de ASC. Observa-se nesse momento a redescoberta do abuso sexual infantil engendrar novas condições para a difusão e publicização do assunto. Processos de difusão, consolidação e reificação do ASC se tornam temas emergentes nas décadas a seguir (Almeida, 2003).

Furniss (1991) evidencia o facto de ser o abuso sexual de crianças um problema normativo pertencente ao domínio dos direitos humanos e que, em contexto histórico, aparece a acompanhar/seguir o movimento relacionado aos direitos das mulheres. Na Índia, a criação em 2006 de um ministério conjunto, *The Ministry of Women and Child Development*, comprometido com os direitos da mulher e da criança, ilustra e contextualiza a realidade de um país que, até certa extensão, atrela os dois fenómenos, ao se comprometer com ambos, por meio de uma única e mesma instituição.

Ainda no cenário desse país, a emergência e o crescimento dos frequentes casos públicos relacionados a violência sexual contra a mulher, faz emergir e tornar socialmente mais visível o abuso sexual infantil na modernidade. De acordo com National Crime Records

Bureau², uma mulher é violada a cada 20 minutos no seu território. Pesquisas recentes apontam que 92 mulheres são violadas por dia na Índia (NCRB in Times of India³, 4 de Setembro de 2014).

No país com uma das maiores taxas de violência sexual do mundo, (New York Times, 03/01/2013), o caso nacional *Nyrbhaya* ou *Délhi Ganga Rape*⁴, ocorrido em dezembro de 2012 “has lead to a great deal of soul searching about the problem of Sexual Violence in India” (*Watch Human Rights*, 2013, p.9). O incidente motivou a revisitação das questões relacionado ao abuso sexual em âmbitos gerais, trazendo-os à tona e dando-lhes mais evidência. “Expressing concern about violence against women after the New Delhi rape, Louis-Georges Arsenault, United Nations Children’s Fund (UNICEF) representative to India, said that “too many of these cases are children”(*Watch Human Rights*, 2013, p.1). Foi também no contexto deste episódio que desenvolveu-se a coleta de dados desta investigação.

Já no domínio da esfera política, a adoção da Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), legitima a importância de se garantir direitos especiais a criança, reforçando a emergência das questões referentes aos maus tratos infantis e validando seu caráter de problemática social. A CDC reafirma que “os Direitos da Criança” exigem uma especial proteção e melhorias contínuas na situação das crianças em todo o mundo e seus desenvolvimentos em condições de paz e segurança.

A inserir a questão relativa a proteção contra a exploração e violência sexual a criança juntamente posta em vigência, é no artigo 34º da CDC que os Estados Partes

Comprometem-se a proteger a criança contra todas as formas de exploração e de violência sexuais. Para esse efeito os Estados Partes “devem, nomeadamente, tomar todas as medidas adequadas, nos planos nacional, bilateral e multilateral para impedir: (a) Que a criança seja incitada ou coagida a dedicar-se a uma actividade sexual ilícita; (b) Que a

² in New York times 17/06/2013 accessed in 02/09/2013

³ In <http://timesofindia.indiatimes.com/india/92-women-raped-in-India-every-day-4-in-Delhi/articleshow/41704691.cms> accessed in 04/09/2014

⁴ Caracterizado pela morte de uma estudante universitária em decorrência das consequências físicas da violação coletiva sofrida pela vítima.

criança seja explorada para fins de prostituição ou de outras práticas sexuais ilícitas; (c) Que a criança seja explorada na produção de espetáculos ou de material de natureza pornográfica.

É desse modo que o alargamento da definição do ASC, o aumento exponencial da investigação na área, em adição ao constante reconhecimento da importância de se defender direitos especiais a criança (e assim garantir assistência especial a infância⁵), fortalecem a relevância do tema nas décadas de 1980 e 1990. Ao passo que resultados da investigação científica relacionadas a consequências desenvolvimentais e de saúde mental do abuso sexual infantil em suas vítimas (tanto a longo como a curto prazo) contribuem para uma crescente reificação do abuso sexual infantil enquanto problemática social entre 1990 e 2003 (Almeida, 2003).

3. Causas: fatores de risco e vulnerabilidades

Para a compreensão das causas do abuso sexual de crianças se efetuam na literatura associações aos conceitos de reconhecimento de riscos e fatores de vulnerabilidades a situação sexualmente abusiva. Sugere-se que sobretudo quatro condições ajudam-nos a perceber melhor as raízes de suas causas e fatores de risco: fatores relacionados com a vítima, com o ofensor, com o contexto familiar e sociais e culturais. Ressalta-se o fato da escassez de trabalhos preventivos bem como em particulares contextos socioeconómicos, culturais como o da Índia, o casamento de crianças também poder ser considerado uma possível causas do ASC. É sobre estes tópicos que discorreremos a seguir.

⁵ A recordar o facto que a Organização das Nações Unidas, por meio da Declaração Universal dos Direitos do Homem, a nível internacional, proclamou o direito a auxílio e assistências especiais a infância –a então admitir a importância de se garantir direitos especiais a criança. Foi desta forma que a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC) foi adotada e aberta a assinatura, ratificada e aderida pela Assembleia Geral das Nações Unidas de 20 de Novembro de 1989. A convidar os Estados membros a considerarem a possibilidade de adesão, a **CDC** entrou em vigor na ordem internacional a 2 de Setembro de 1990. Dada Assembleia Geral reafirma que “os Direitos da Criança” exigem uma especial protecção e melhorias contínuas na situação das crianças em todo o mundo, bem como seu desenvolvimento e a sua evolução em condições de paz e segurança” (Convenção Sobre os Direitos das Crianças, 1990).

3.1. Variáveis relacionadas a vítima

Variáveis vitimárias de gênero, idade, NSE, etnia, isolamento social, ausência ou indisponibilidade parental, relação pobre com a parentalidade, parentalidade conflituosa entre si, famílias compostas por figura paterna não biológica (Finkelhor, 1986) compõem um espectro de investigações que apontam para possíveis fatores de risco a vítima de abuso sexual na infância. Devido a limitações de espaço, discorreremos aqui apenas sobre as vulnerabilidades que se assumem como de maior relevância ao propósito da investigação. Devido ainda ao fato de muitas dessas variáveis tocarem aos mitos em relação as vítimas, decidiu-se discorrer sobre elas no capítulo que diz respeito as crianças que sofrem vitimização sexual. Aqui abordaremos apenas os tópicos relacionados ao isolamento social aos ambientes de risco e à área de residência.

Resultados controversos em relação ao isolamento social estabelecem-se na literatura. Por um lado algumas investigações consideram as crianças de área rural mais propensas a sofrer ASC (Finkelhor, 1984; Russel, 1986 in Finkelhor, 1986) enquanto outras apontam o fato do grupo em risco se concentrar nas áreas urbanas (Miller's, 1976 in Finkelhor, 1986). Consideramos o fato de ser o isolamento social uma fator de risco para a vitimização sexual de crianças, porém acreditamos ser de maior relevância discorrer sobre as variáveis relacionadas a falta de amizade e contatos sociais. Cremos também ser importante adotar o conceito de ambientes de risco em vez de áreas de residências de risco.

Em seu estudo Finkelhor (1986), revela serem mais vulneráveis ao ASC crianças do sexo feminino que reportam pouco relacionamento social com amigos (pequeno número de amizades). De acordo com o mesmo autor, há ainda indicações de que a presença física de vizinhos e amigos possa servir como fator de inibição de atos criminosos de potenciais ofensores sexuais.

Ao se tratar de ambientes de risco, segundo dados oficiais da Índia (*Study on Child Abuse*, 2007), a investigação evidencia o facto do grupo de crianças em ambiente de trabalho concentrar a maior porcentagem de vítimas de ASC (61,61%). A seguir, encontram-

se o grupo das crianças em situação de rua (54.52%), o grupo de crianças em ambiente familiar que não frequentam a escola (53.18%), o grupo de crianças em ambiente escolar (49.94%)⁶ e por último, o grupo das crianças institucionalizadas (47.08%).

Apesar da pouca atenção dada pelas investigações na área, considera-se essencial ponderar a residência ou a exposição frequente a ambientes/ bairros de prostituição, localidades conhecidas como “*red light districts*” e “*brothels*” (Sanlaap, 2010) como um possível fator de risco e vulnerabilidade a vitimização sexual na infância. Pondera-se então que uma “*red light*” área (bairro da luz vermelha) não seja somente compreendida como local o qual é frequentemente visitado por clientes de atividades sexuais paga, mas também como morada e comunidade de muitas gerações de crianças que nascem, brincam e se desenvolvem.

Na Índia, mesmo não sendo considerada atividade ilegal no país, a prostituição relaciona-se a práticas como “*operating brothels, pimping, soliciting sex*”, etc. A prostituição então se firma como realidade social comum em seu território. Em decorrência da falta de “*child-care*” para mães trabalhadoras da área solteiras (em especial no período noturno que trabalham), muitas crianças passam boa parte de sua infância nas ruas do bairro, aumentando a possibilidade de uma exploração sexual por parte de terceiros que frequentam, moram e trabalham nestas localidades.

É dessa forma que muitas crianças que vivem em *red light districts* testemunham a violência sexual ao serem expostas a exploração sexual de suas mães ou de pessoas próximas. Em decorrência, podem vir facilmente a se envolver em atividades sexuais, direta ou indiretamente, por meio de cafetões ou agentes do tráfico, prestação de serviços a partidos políticos em clubes locais, da venda de álcool ou drogas.

Ainda, por crescerem em um bairro de luz vermelha, muitas crianças, especialmente meninas, aprendem a se relacionar com outros pares de forma diferenciada, como a aprendizagem do ganho de aprovação e atenção destes por meio do uso de sua

⁶ Não fica claro a dado estudo se dado grupo estaria ou não inserido em ambiente familiar (SCA, 2007, p.75).

sexualidade, o que pode fazer aumentar a vulnerabilidade ao ASC. De acordo com relatório Sanlaap (2010), as crianças criadas em áreas de prostituição, especialmente meninas, tornam-se mais vulneráveis ao ASC.

3.2. Variáveis relacionadas ao Ofensor Sexual infantil

Becker (1994) afirma que um número considerável de teorias tem sido propostas na tentativa de explicar o motivo dos ofensores sentirem-se sexualmente atraídos por crianças ou motivados (por outras razões) a cometerem uma ofensa sexual contra as mesmas. No entanto, constata-se a existência de uma escassez de teorias derivadas do empirismo da literatura e universalmente aceitas a respeito dessas motivações ao mesmo tempo que se compreende a delicada discussão moral sobre o assunto. Relata Rodrigues (2014) *“que a atração sexual de adultos por crianças estaria diante de disputa de saberes e de poderes: saber médico-psiquiátrico, que a tratava como perversão, doença ou loucura; e saber jurídico-penal, que passou a tratá-la como crime”* (Rodrigues, 2014, p.14).

Em linhas gerais, acredita-se que a discussão a respeito da problematização da figura do ofensor sexual de crianças também não deve se esquecer sobre as noções que organizam a ética sexual de uma cultura e desaprovam o sexo entre adultos e crianças. No entanto discutiremos aqui somente sobre seu viés psicológico.

No seu estudo, Vieira (2010) menciona diferentes perspectivas e suas explicações para o comportamento sexual abusivo, a brevemente citarmos algumas. Entre elas: (1) Perspectiva Biológica, a justificar o comportamento sexualmente abusivo como reflexo da influência de variáveis neurológicas, biológicas e orgânicas; (2) Teoria Evolucionista e Agressão Sexual, a pautar-se no fato de ser a violação um processo de adaptação direto e a enfatizar a importância da adaptação e eficiência do indivíduo ao seu contexto ambiental e cultural que lhe propiciem uma aprendizagem de competências cognitivas para a resolução de determinados problemas adaptativos; (3) Teoria Psicanalítica, a defender que o comportamento sexual desviante é visto como tendo uma origem defensiva face a traumatismos infantis, através da identificação com o agressor (4) Teoria Sociocultural, a explicar que a cultura reforça ou inibe comportamentos, a associar a violação com a validação do poder social masculino e sua superioridade; (5) Perspectiva Situacional e Contextual, a ressaltar a importância do contexto situacional e de vida no desenvolvimento

de comportamentos sexuais desviantes, a exemplificar-se com o fato da vitimização sexual na infância poder ser causa de problemas sexuais na generalidade.

Julga-se importante aqui discorrer de modo mais aprofundado sobre a Teoria Evolucionista. Thornhill e Palmer (2000) aplicaram a teoria evolucionista ao comportamento de agressão sexual. Nesta perspectiva a violação é encarada como uma consequência dos processos evolutivos que favoreceram o desenvolvimento de comportamentos visando dominar e aceder de forma sexual e exclusiva às mulheres, aumentando assim as possibilidades de passarem os seus genes às gerações futuras. A violação resultaria assim numa vantagem em termos reprodutivos para o homem. Contudo a violação depende também de outras condições. O indivíduo adota um comportamento ofensivo de violação se acredita que essa é a melhor forma de ter acesso a relações sexuais. Mas a violação só ocorrerá se conjugarem outras condições que favoreçam esta estratégia, tais como falta de competências, alienação social, acesso limitado a mulheres e relações interpessoais e íntimas pouco satisfatórias. É a combinação entre a propensão para a agressão sexual e condições situacionais específicas que pode desencadear o comportamento sexual agressivo.

Teorias relativas a tipologias de ofensores sexuais infantis são dessa forma produzidas na literatura do ASC a apontar algumas das causas de sua ofensa. Entretanto, o que se sabe é quando dos riscos e vulnerabilidades relacionados ao ofensor sexual de crianças, a diversidade ainda se faz fator, dificultando a determinação das causas ao ato sexualmente ofensivo nos ofensores sexuais de crianças.

3.3. Variáveis relacionadas ao Contexto Familiar

Segundo Finkelhor (1986), a premissa de que os fatores relacionados a família e a parentalidade sejam os de maior influência nos grupos de crianças de risco se faz válida. Deste modo, o autor indica quatro determinantes principais: (1) ausência ou falta de parentalidade, a implicar falta de supervisão; (2) Relação pobre com os pais; (3) Parentalidade conflituosa; (4) A presença de padrastos nas famílias.

Em uma perspectiva mais global acerca das categorias citadas anteriormente, considera-se potencialmente em risco a situação sexualmente abusiva a criança que: (a)

vive sem a figura natural do pai ou da mãe em sua residência, famílias pustiças – “*stepfamilies*”, (Finkelhor & Asdigian, 1996 in Turner, Finkelhor, Ormrod, 2007), a considerar de maior risco o grupo que vive com padrastos em casa (Finkelhor, 1986) a se sublinhar a presença de um pai não-biológico na família causar um aumento nos fatores de risco de vitimização de meninas; (b) tem a mãe como trabalhadora fora do ambiente domiciliar; (c) possui um ou os dois pais portadores de alguma deficiência mental ou encontram-se de outra forma doente, (d) tem relações pobres com os pais, a ser mais preocupante se esta recai sobre a mãe (Finkelhor, 1986); (e) tem relações emocionais frias com os pais, caracterizadas por hostilidades e punições por parte desses (Finkelhor, 1986); (f) vive com pais infelizes no casamento, a significar conflitos parentais.

Compreende-se sobretudo que o ambiente familiar no qual a criança se desenvolve pode ser considerado fator crucial na existência de riscos de vitimização na infância. Por fim, para melhor compreensão do ambiente familiar, faz-se ainda importante citar Finkelhor (1995). Tal autor afirma em contextos de ASC um ambiente de desenvolvimento da criança divide-se entre dois tipos: (1) o que aumenta a presença de um ofensor sexual motivado a ofender; (2) o que aumenta o grau de capacidade de ser guardião da criança, estando relacionado com o grau da parentalidade positiva dos pais. Fica assim claro que a supervisão familiar a criança, mesmo em situações de simples de presença física de guarda , mostra-se ser de extrema importância a prevenção de uma vitimização sexual.

3.4. Variáveis relacionadas a fatores culturais e sociais

3.4.1.O contexto patriarcal

De acordo com David Finkelhor, um dos pesquisadores de maior relevância na área dos maus tratos infantis, o abuso sexual de crianças não se caracteriza como um fenômeno universal, a considerar que sua inexistência se faça presente em algumas sociedades (Finkelhor,1981). Considera-se ainda que outras atribuições de valores e julgamentos morais, sociais, legais, etc, seja dado ao fenômeno do ASC em outros contextos morais, sociais, etc. É desta forma que dado autor compreende o conceito do ASC extremamente relacionado a cultura em que a criança está inserida. Aqui abordaremos o contexto cultural da Índia e algumas das que se compreendem ser possíveis causas do ASC no país.

A Índia moderna, quando compreendida como estrutura social, muito se conserva e se fundamenta como uma sociedade patriarcal, composta por predominantes estereótipos e desigualdade de gêneros. Além disso, o país é caracterizado como uma sociedade fortemente pautada na estrutura familiar, o qual santifica a instituição família e prima pelo seu código de honra.

Em convergência, o contexto social do país orienta-se pelo princípio de devoção filial, a transmitir de geração para geração uma disciplina rigorosa de obediência, lealdade e respeito incondicional às personagens parentais, em particular a figura do pai, frequentemente considerado a autoridade incontestável no núcleo familiar (Antunes, 2010).

É assim que, segundo Sagade (2005), o patriarcalismo opera em variadas formas e bases dentro de uma sociedade. A ser um exemplo disto o controle masculino sobre a sexualidade da mulher. Neste contexto, torna-se comum as divisões sexuais de trabalho entre a figura masculina, de provedor financeiro da família e a feminina, que caracteriza as atividades reprodutivas. Tais divisões tornam-se um dos reflexos marcantes da desigualdade de gêneros no país.

É desse modo que se instaura a opressão sexual sobre o estrato feminino da população indiana. Em decorrência, suspeita-se que uma parcela relevante de mulheres no papel de mãe transmita inespecíficas e insuficientes mensagens sobre sexualidade saudável aos seus filhos, bem como desenvolvam comportamentos e personalidades punitivas em relação a discussões sexuais com suas filhas. É deste modo que a temática sexualidade ganha grandes chances de se tornar um tabu em sua realidade familiar.

Finkelhor (1986) em estudo evidenciou a importância do papel da mãe na proteção a vitimização sexual de suas filhas. O autor menciona que parte considerável do problema encontra-se na falta de comunicação mãe e filha. Tal dificuldade estaria relacionada, segundo o mesmo autor, com a ausência e falta de disposição materna (doença, distância, falta de afeição, falta de assistência, etc). Seu estudo então sugere a existência de uma relação entre esposas oprimidas e a vitimização sexual de suas filhas, revelando que a criança de sexo feminino, filhas de mães punitivas, encontram-se 75% mais vulneráveis a sofrer um abuso sexual na infância que seus pares.

Ressalta-se ainda no mesmo estudo a grande influência da variável desigualdade educacional entre as figuras parentais na vitimização sexual de suas crianças a ser reconhecido como *“concrete testimony of how inequality between sexes that may be dangerous to the health and well-being of children”* (Finkelhor, 1986, p.27). A inferioridade educacional da mulher em relação a seu marido demonstra expor mais significativamente suas filhas a situação de vulnerabilidade a vitimização sexual na infância (44%) em relação ao grupo de ambos os pais com pouca educação (30%).

O papel materno na proteção da criança contra a violência sexual envolve neste contexto dois mitos inter-relacionados: (1) o mito da mãe perfeita (Carvalho, Galvão, Cardoso, 2009); (2) o mito da culpabilidade materna. O primeiro mito alude ao modelo de mãe- devota instaurado socialmente e pautado no padrão de paciência, dedicação, provedora de todas as necessidades da criança (emocional, psicológicas, físicas, etc). O segundo mito está relacionado com a quebra do mito da mãe – perfeita, e é deste modo que dada crença popular responsabiliza a mãe pelo ASC dos filhos devido a suas *“imperfeições e falhas na maternidade”*.

Diferencia-se aqui diferentes naturezas de culpabilidade materna: (1) ausência, em decorrência falta de supervisão, tornando-se incapazes de proteger a criança; (2) em casos de incesto, frustração com a vida sexual do casal que impulsiona o marido a cometer o crime contra a criança e substituí-la sexualmente pela mãe (Almeida, 2003); (3) mães cientes do ASC em caráter de incesto, porém negam o mesmo a fim de inibir a tensão familiar que o abuso representa (Almeida, 2003).

3.4.2. O casamento de crianças

A considerar que uma das consequências do casamento de crianças seja o abuso sexual dentro do casamento, optou-se aqui por integrá-lo como fator de relevância relacionado a uma das causas do ASC no contexto desta investigação. Ainda reiterar o fato de uma criança ser incapaz de consentir um casamento, parte-se do pressuposto que o arranjo e decisão ocorrem por meio dos pais da criança, perpetuando-se por meio da autorização dos mesmos. É daí que se resolver a inserção deste tema neste tópico de contexto familiar. Discorreremos sobre o conceito com mais profundidade no capítulo que diz respeito a Índia.

Diante das profundas consequências físicas, psicológicas, intelectuais e emocionais causadas pela violência doméstica (abuso físico, emocional, sexual e negligência), pelo trabalho infantil, pelo risco e as consequências da estigmatização enquanto viúvas, a privação da educação (a debilitar seu desenvolvimento integral), o abuso sexual torna-se “apenas” uma das muitas consequências da prática do casamento de crianças.

Segundo Sagade (2005) o casamento de crianças constitui-se como um termo contraditório. Explica-se dada controvérsia uma vez que a terminologia enfatiza o paradoxo entre o conceito de casamento, compreendido como uma formalização de uma união legal entre dois indivíduos e assim consentida por ambos, e a percepção de que se faz por criança, como sujeito em estado desenvolvimental inadequado para o consentimento desta atividade. É igualmente em decorrência das incapacidades desenvolvimentais da criança que esta, dentro de um casamento, encontra-se incapaz de negociar com seu companheiro uma vida sexual, a sofrer muitas vezes desta forma, abuso sexual dentro de suas relações matrimoniais.

Inserido neste âmbito, o ASC gera distintas consequências das que se reconhecem como usuais. Nomeadamente, a mortalidade e a morbidade materna, o aborto de risco e os devastadores efeitos das doenças sexualmente transmissíveis nas vítimas crianças. Segundo ICRW (2011) *“early marriage leads to early childbearing, with significantly higher maternal mortality and morbidity rates as well as higher infant mortality rates”* (Mensch 2005; UNICEF 2005; Save the Children 2004; Bott & Jejeebhoy 2003 in ICRW, 2011). Outrossim, estudos também revelam que algumas dessas crianças meninas vítimas de ASC muitas vezes sofrem de má nutrição no contexto do país e em decorrência, desenvolvem uma má formação na pélvis, fato que as impede de ter um parto normal (Sagade, 2005).

3.5. A escassez de estratégias de prevenção e intervenção

Evidencia-se uma forte relação entre a ausência de estratégias de prevenção e intervenção e as causas do ASC. Segundo Finkelhor (1981) a experiência no campo da prevenção e intervenção

Suggested that many children could have been spared substantial vulnerability and suffering if they had had simple pieces of information, for example, about their right to

refuse sexual advances or about the inappropriateness of the behavior that an adult was engaged (Finkelhor, 1981, p.225).

Ao contrário do que foi disseminado nos anos iniciais de seus trabalhos preventivos e interventivos (na década de 1970), a prevenção e a intervenção do ASC não se faz somente focado na criança-vítima. Por outras palavras, compreende-se que a prevenção e intervenção do ASC se faz necessário em várias frentes, desde a família, a comunidade escolar, o contexto social como um todo, a abranger as médias, etc.

4. Consequências

Ao se tratar das consequências do abuso sexual de crianças nota-se que grande parte das investigações se debruça sobre a vítima. É desta forma que torna-se crucial a discussão mais aprofundada a respeito dos impactos do ASC nesta população. Sabe-se também que há igualmente para o ofensor sexual e especialmente na Índia, quanto para a família da vítima e a comunidade, relevantes e sérias consequências ao abuso, apesar de pouco, senão raro, mencionados pela literatura.

De se ressaltar que o impacto do abuso sexual de crianças tem seu impacto na saúde de uma sociedade como um todo (Bajpai, 2003). Neste tópico discorreremos sobre as consequências para a vítima de modo mais aprofundado. Optamos por não discorrermos sobre as consequências para o agressor por muitas delas relacionarem-se aos âmbitos judiciais, poucos estudos serem encontrados a respeito e por questões de relevância a investigação. As consequências para a família da vítima e a comunidade serão abordadas no capítulo Índia.

4.1. Vítima e impactos desenvolvimentais

“Ao considerar o impacto nas vítimas, há que salientar que o abuso é uma experiência e não uma desordem (Becker & Bonner, 1998 in Machado, 2002). Assim não existe uma síndrome clínico específico das crianças abusadas e estas podem apresentar uma grande variedade de sintomas ou mesmo nenhum (Heflin & Deblinger, 1996; Wolfe & Birt, 1997; Saywitz, Mannarino, Berliner & Cohen, 2000 in Machado, 2002).”

A citação anterior vem reforçar a quebra do mito propagado nos discursos sociais sobre a existência de uma sintomatologia específica nas crianças vítimas de abuso sexual infantil

(Almeida, 2003). Em estudo, Kendall-Tackett, Williams e Finkelhor (1993) concluíram que ocorre ao mesmo tempo uma variedade de sintomas demonstrados em vítimas de ASC, uma lacuna de uma sintomatologia particular presente na maioria dos casos, bem como a inexistência de sintomas. Neste sentido a investigação aponta para uma aparente falta de evidências sobre uma sintomatologia típica como consequência ao ASC, o que impossibilita um consenso a seu respeito.

O que presencia com certo consenso e frequência na literatura do ASC é então a associação do abuso sexual com suas consequências negativas de ordem social, emocional, comportamental e física em suas vítimas (Ferreira, 2002). De acordo com Browne e Finkelhor (1986), a literatura clínica sugere que o abuso sexual durante a infância exerça uma influência fundamental no desenvolvimento de subseqüentes e sérias problemáticas individuais.

Fávero (2003) e Browne e Finkelhor (1986) dividem as consequências do ASC em dois efeitos principais: (1) efeitos de curto prazo (abuso até dois anos) e (2) efeitos de longo prazo (depois do término dos dois anos após o abuso).

Dos efeitos iniciais, são apresentados por Fávero (2003): o sentimento de nojo, desconfiança, medo, hostilidade, o abandono do lar, o comportamento antissocial da criança perante o agressor e ou/ familiares, somados ainda com questões que se voltam ao si mesmo, como a vergonha, culpa, estigmatização, baixa autoestima. Outros comportamentos, como problemas de sono e/ou alimentação, problemas escolares (falta de concentração, abandono da escola, etc.), problemas de ansiedade, angústia, depressão e desvios na sexualidade (excesso de curiosidade, precocidade, de comportamentos sexuais, prostituição infantil) também são mencionados em dado grupo.

Por não ser possível *“estabelecer uma relação direta de causa-efeito devido à possibilidade de interferência de outros fatores relacionados com os abusos sexuais”* (Fávero, 2003, p.171) uma maior complexidade nas definições e assunções relativas aos efeitos a longo prazo são apresentadas. Neste âmbito Finkelhor e Browne (1986), Briere e Runtz, 1993 (in Fávero, 2003) propõem uma divisão dos efeitos a longo prazo pautada em 8 principais categorias: (1) Perturbação pós-stress traumático (PTSD); (2) Distorções cognitivas; (3) Alterações emocionais; (4) Perturbação relacional (consequências sociais e

relacionais); (5) Evitação e o self debilitado; (6) Revitimização; (7) Prostituição; (8) Problemas alimentares.

4.2. As interferências socioculturais no impacto desenvolvimental da criança

Assim, se em certos tempos remotos certas práticas sexuais não causavam maiores preocupações por parte da sociedade, o mesmo não ocorre nos dias de hoje. Se o fenômeno não era problematizado, ou era sob outros ângulos, hoje em dia é considerado um ato de violência, já que nossa cultura assim o decodifica. (Ferreira, 2002, p.14).

Os discursos culturais e sociais relativos a infância, sexualidade, violência, gênero e vitimação sexual são fatores que podem influenciar na construção de significados em torno do abuso sexual infantil, a conseqüentemente interferir e ser responsável pela determinação do seu impacto na vítima. É deste modo que culturas permeadas de distintos discursos sociais desenvolvem diferenciadas respostas as experiências de traumas e violência na infância. Pelo contexto sociocultural desta investigação, nos debruçaremos no caso da Índia.

Segundo Machado, Dias e Coelho (2010), o fato de que a cultura

Afeta a capacidade da vítima de revelar o abuso e, subsequentemente, a frequência e duração da experiência traumática; influencia as significações e conseqüências diretas do abuso; determina formas específicas de coping com a experiência traumática e interfere na forma como os órgãos formais percebem a violência e, conseqüentemente, tem impacto no suporte social disponível para a vítima e afeta, também, o comportamento de procura de ajuda por parte da vítima

(Machado, Dias e Coelho, 2010, p.201 in Antunes, 2010) evidencia o marcante papel cultural na promoção de efeitos traumáticos e sua influência no processo de recuperação dos efeitos dos traumas (Carlson, 2005, in Antunes, 2010).

A cultura é composta por aqueles que nela agem, interagem, e por sua vez assumem e adotam suas crenças e práticas na reprodução de comportamentos, linhas de pensamentos, tomadas de decisões, etc. Tais práticas, para serem mantidas, exigem elevadas responsabilidades quanto ao seu caráter enquanto instrumento de regulação traumática da resposta ao abuso sexual de criança. Discorreremos a seguir sobre os aspectos de maior relevância para o contexto da Índia no que se refere aos episódios traumáticos da vítima, nomeadamente as respostas ao ASC e suas conseqüências, o processo de revitimização, o suicídio e o casamento de crianças.

4.3. Episódios traumáticos no contexto sociocultural da Índia: repostas ao abuso sexual de crianças

When a case is reported there needs to be a simple response, by the police, by the health services and by the whole system. But at the moment it is a three-ring circus. (Vidya Reddy, Tulir - Centre for the Prevention and Healing of Child Sexual Abuse in Watch Human Rights, 2013).

Segundo *Watch Human Rights* (2013) o protocolo de intervenção no ASC na Índia é considerado um sistema complexo e intimidante o qual muitas vezes responde inadequadamente a denúncias de casos de abuso sexual infantil. Relata-se que “terríveis” são as experiências enfrentadas pela vítima que presta queixa a polícia, a transformarem-se, na maioria das vezes, em experiências traumáticas e de revitimação: “*instead of compassion, victims may be re-traumatized by how they are treated once they make their abuse known*” (*Watch Human Rights*, 2013, p.19).

Nomeadamente, cita-se como componentes e sustentadores desse protocolo de intervenção “traumática”: atitudes encolerizadas por parte dos membros da família, o ostracismo pela que a comunidade vota a vítima (o qual cria estigma social), o fracasso do sistema de justiça, a envolverem atitudes descuidadas por parte da polícia, da medicina legal, entre outros

Em termos de respostas inadequadas a denúncia ASC, a instituição policial é acusada de persuasão, detenção de denunciante afim de retirada de queixa, intimidação, processos de *bullying*, insensibilidade, comportamentos de recusas rápidas de denúncias bem como agressividade em lidar com os delatantes. Igualmente a medicina legal é apontada por sua falta de especialização, descuido nos seus exames e insensibilidade para com a vítima. Segundo Shaibya Saldanha (*Watch Human Rights*, 2013):

Unfortunately no doctor, whether a general practitioner or a gynecologist, or a pediatrician, has been given any training whatsoever regarding child abuse examination, interviewing, how to take care, what are rehabilitation procedures, the medical, and psychological needs of the child. They have no idea. It's not in our curriculum. So the result is the child is further traumatized. (Watch Human Rights, 2013, p.39)

É desta forma que o governo parece falhar na criação de uma confiança pública em suas instituições e desencorajar tentativas de desfecho judicial de casos (*Watch Human Rights*, 2013). Em última instância, as consequências do ASC expressam-se por meio de

soluções encaradas como “a única das possibilidades” para “resolver” o problema, tais como: (1) casamentos forçados da vítima com seus ofensores, incluindo o casamento de crianças; (2) suicídio de vítimas. Estas respostas apresentam-se como algumas das soluções *mais adequadas* no contexto da manutenção da prezada honra familiar indiana. É então que em tais contextos “*não será incomum que uma alegação de abuso sexual seja silenciada e, dado o estoicismo que caracteriza esta cultura, que a repressão do sofrimento causado seja sentida como imperativa, em prol da preservação da reputação, integridade e harmonia familiares*” (Futa, Hsu, & Hansen, 2001; Tang, 2002; Tang & Davis, 1996 in Antunes, p.78).

Não raro os processos de desfecho inadequados a casos de ASC, implicam na percepção de uma vítima “danificada”, tanto por parte desta como da sociedade. Tal compreensão causa impactos psicológicos e comportamentais expressos na criança abusada. Sentimentos de diferença, culpa, vergonha, dano e desvalorização pessoal, a poder ainda serem incluídas questões de baixa auto - estima, comportamentos destrutivos, abuso de substâncias (como forma de *coping* com o mal-estar) e padrões relacionais abusivos no futuro (Almeida, 2003) caracterizam alguns destes impactos causados na vítima.

O estigma social, a negligência do assunto e a pobre conscientização ao redor do fenómeno também colaboram com a perpetuação do crime de abuso sexual infantil. Dados fatores aparecem em um quadro nacional em que segundo ECPAT (2006) os trabalhos referentes à proteção da criança ainda não estão priorizados.

5. Sobre a Vítima

No que concerne à vítima, muitas são as investigações que estudam seus riscos de vulnerabilidades e impactos desenvolvimentais, bem como as consequências, trabalhos preventivos, etc. Por esta investigação concentrar-se nos conhecimentos sociais acerca do ASC, julga-se de relevância discorrer sobre aqueles que se relacionam aos mitos disseminados pelo discurso social bem como tópicos de proeminência na literatura.

5.1. Mitos relacionados a tipologia de vítima

5.1.1. Idade

De acordo com Almeida (2003), há um mito que diz sobre as crianças pequenas nunca sofrem vitimização sexual. No entanto, a realidade indica que bebês e outras crianças menores são também vítimas de ASC. A ocorrência de vitimização infantil é apontada em todas as idades, a estar concentrada, conforme Finkelhor (1986), na faixa etária entre 8 a 12 anos, e entre 9 e 12 anos segundo Bouchet, Pérard e Zorman (In Gabel, 1992). Ambos os estudos apontam pois para idades de risco relativas ao período da pré-adolescência.

Tais estudos vem de encontro com os dados oficiais na Índia, onde a faixa etária de distribuição de vítimas inicia-se aos 5 anos de idade, ganha força na idade dos 10 anos, a concentrar-se entre 12 e 15 anos e sofre um declínio após esta faixa etária (*Study on Child Sexual Abuse*, 2007).

5.1.2. Gênero

Com relação ao gênero da vítima, a maior parte da investigação nesta área indica uma maior proporção de vitimização no gênero feminino (Finkelhor, 1986, Finkelhor, 1981, 1984, Furniss, 1981). Em contrapartida, estatísticas oficiais da Índia reportam que entre os 53.22% da população infantil o qual revelou ter sofrido uma ou mais formas de abuso sexual na infância, 52.94% dos respondentes pertencem ao sexo masculino ao passo que 47.06% ao grupo feminino. Estes resultados contrariam a grande parte das estatísticas oficiais relativas a gênero de vítimas da literatura do ASC (*Study on Child Sexual Abuse*, 2007).

Diante deste fato, torna-se essencial apresentar as justificativas da literatura defronte desta aparente contradição de vitimização de gêneros. É assim que algumas considerações levantadas por Finkelhor (1986) colocam ambos os gêneros na mesma situação de risco uma vez que: (1) considera-se haver a falta de denúncia por parte de meninos vítimas devido a relutância e inibição dos mesmos em relatar a situação sexualmente abusiva com receio que isso afete a sua imagem de masculinidade; (2) constrói-se o estereótipo social sobre a imagem feminina da vítima, o qual influencia, a dificultar, a identificação de vítimas do sexo masculino (Almeida, 2003); (3) a concentração de investigação e consequente

atenção encontra-se no grupo feminino, a ser este considerado o grupo de risco. Tais dados podem contribuir para a impressão pública de que o grupo de meninos raramente sofra vitimização, e conseqüentemente, a influenciar a menor quantidade de estudos dedicados a temática.

5.1.3. Fantasia infantil e falsas alegações

Nesta mitologização acredita-se que os relatos de experiência sexualmente abusiva podem ser: (1) fantasias das vítimas; (2) reconstruídos como comportamentos que não causam danos nas crianças (Almeida, 2003); (3) falsas alegações. Dada atitude relaciona-se intrinsecamente com a descrença sobre os relatos infantis de ASC e a falta de autenticação dada aos mesmos. No entanto, segundo Everson e Boat (1989, in Cromer & Freyd, 2007) a investigação demonstra que menos de 10% das alegações de vitimização de abuso sexual na infância são falsas.

Cromer e Freyd (2007) explicam que o gênero do confidente (a quem a criança confia o relato de ASC), seu histórico traumático, bem como sua postura sexista (ou de discriminação de gênero), entre outros, são fatores de influência no nível de crença (por parte de um confidente) acerca da revelação de um caso de ASC. Este estudo, mostrou que: (1) o gênero feminino acredita mais na revelação de caso abusivo do que o masculino; (2) ambos os gêneros com históricos pessoais traumáticos relacionados a quebra de confiança acreditam mais na revelação de caso abusivo do que a população masculina que não reporta traumas; (3) o sexismo está correlacionado com as percepções e crenças sobre o ASC, a indicar que quanto maior o grau de sexismo do participante, menor o grau de crença na revelação da vítima. Sobretudo se observa então que a ideia da fantasia infantil e o conceito relacionado a falsas alegações estão propensos a serem produtos criados em maior parte por *quem escuta sobre o ASC e não por quem o relata*.

5.1.4. A revelação e denúncia imediata

O mito concernente a revelação e conseqüente denúncia imediata relaciona-se com a síndrome do silêncio estruturada por Furniss (1981). Esta síndrome se deriva da desconsideração das fragilidades inerentes ao abuso sexual e da antecipação das conseqüências de uma revelação de caso, tais como: (1) o estigma social impresso nas

vítimas e suas famílias, causando o colapso e disfunção familiar devido a respostas sociais da comunidade como um todo (escolar, residencial, familiar, etc.); (2) as tentativas malsucedidas de revelação, em que a criança acaba por ser acusada de fantasiar sobre o ASC; (3) as ameaças do ofensor, reforçadas por violência e punição; (4) ansiedades a respeito da revelação e suas consequências; (5) fatores internos a dinâmica abusiva, como a confusão causada pelas mudanças de comportamentos do agressor fora e dentro da situação sexualmente abusiva. Este silêncio leva o senso comum a crer que seja fácil para a criança revelar uma vitimização sexual e que as denúncias a este sejam imediatas.

No entanto, em estudo retrospectivo, Bouchet, Pérard e Zorman (In Gabel, 1992) indicam que somente 40% dos casos revelaram o abuso a alguém, observando-se assim um significativo silêncio de quase dois terços das vítimas. Grande parte da literatura também indica a extrema dificuldade de revelação de caso por parte das vítimas (Gabel, 1992, Furniss, 1981).

5.1.5 Tipo específico de criança

O mito da existência de aspectos específicos da criança procurados pelo agressor tem conduzido a conclusões errôneas em relação a grupos de risco vitimários. Neste contexto, discute-se a respeito da crença relativa à preferência do ofensor sexual pela: (1) criança bonita, feminina e angelical; (2) criança inocente; (3) a criança sedutora.

Em estudo com ofensores sexuais de crianças, Conte, Wolf e Smith (1989 in Gabel, 1992) ressaltam as características principais das vítimas na visão do ofensor, a serem elas: (1) aparência sedutora caracterizada por pele suave, cabelos longos, beleza física, comportamento de abertura, confiança no agressor e aspectos amigáveis da criança; (2) escolha entre grupos pautada em vulnerabilidade infantil - crianças pequenas pela dificuldade de denunciar o abuso, por sua carência de afetos, postura de insegurança, e postura extremamente amigável; (3) comportamento infantil pautado na submissão e histórico prévio de vitimização.

Todavia, há que sublinhar o fato da literatura não definir consenso sobre um tipo específico de criança que atraia em especial o agressor, a saber estarem muitas variáveis envolvidas nesta escolha. No entanto, a investigação indica que as vítimas possuem perfil

diversificado. A depender a escolha destas ainda das preferências de cada ofensor e da acessibilidade das crianças - potenciais vítimas. Importante também recordar que, no caso do ASC em sua forma de exploração comercial, diferenciados perfis de crianças e diferentes circunstâncias se apresentam como premissas de seleção da criança por parte do ofensor.

5.1.6. A criança sedutora

De acordo com Furniss (1991), o estereótipo da criança sedutora estabelece pouca relação com a realidade do abuso sexual da mesma. Inserida na teoria de precipitação da vítima, o mito da criança sedutora presume que a criança coopera ou busca o envolvimento sexual com seu ofensor, a atribuir-lhes características de sedução adulta (Almeida, 2003). Ainda nesta linha de pensamento, segundo Almeida (2003), desenvolve-se a culpabilização da vítima uma vez que se acredita que a mesma instigaria a interação sexual ao mesmo tempo que se atribuí ao seu comportamento, compreendido como sedutor, certo caráter de esforços que servem para a obtenção de afeto que lhe possa ser negado por outras vias.

Sugere-se que tal crença tem na maioria dos casos origem na projeção dos pensamentos sexuais dos adultos sobre as crianças. Considera-se ainda que tal convicção poder estar relacionada com os aspectos de distorções cognitivas do ofensor (Furniss, 1991). O autor alude que *“not even the most extreme sexualised or seductive behavior could ever make the child responsible for and adult response of sexual abuse in which the abuser satisfies his own sexual desire in response the child’s request for emotional care”* (Furniss, 1991, p.14).

5.1.7. A criança danificada

Muito promovido pelos discursos sociais, o mito da criança danificada baseia-se na crença de que a vítima sofre danos irreparáveis durante toda a sua vida por sofrer abuso sexual na infância (Almeida, 2003). Dada construção de conhecimento social estimula, a produzir, atitudes desfavoráveis à recuperação das mesmas. A perpetração deste mito igualmente favorece o fenômeno da vitimização secundária ao mesmo tempo que descarta questões relacionadas com a resiliência da criança abusada sexualmente (Almeida, 2003).

Sabe-se que, segundo Antunes (2010), um número substancial de crianças expostas a situações sexualmente abusivas não manifestam dificuldades significativas de ajustamento psicológico. Na mesma linha, estudos de Saywitz (2000, in Antunes, 2010) indicam que 21% a 49% de crianças vítimas de abuso sexual infantil apresentam-se como assintomáticas a convergir com a revisão da literatura em estudo de Kendall-Tackett, Williams e Finkelhor (1993) o qual aponta para 49% (Caffaro-Rouget, Lang & vanSanten, 1989) e 31% (Mannarino & Cohen, 1986) de vítimas assintomáticas.

5.1.8. De vítima a ofensor

A hipótese geracional é também levantada como mito a perpetração de perfil de ofensor sexual. Tal percepção pode implicar na noção de que o abuso sexual entre as gerações familiares transforma vítimas em ofensores sexuais. Apesar de a investigação demonstrar que há em alguns casos uma relação entre essas duas variáveis, não é ainda possível estabelecer uma relação direta de causa e efeito entre o experienciar do ASC e a desviância posterior, a doença mental entre outros (Almeida, 2003).

6. Sobre o Ofensor Sexual de Crianças

Embora se reconheça a importância da caracterização do ofensor sexual de crianças para os trabalhos de prevenção, poucos são ainda os indicadores que permitem deduzir características sociais típicas ou comportamentos públicos identificados deste grupo (Alves, 1997; Moura, 1998 in Fávero, 2003). A acrescentar Vieira (2010) que o grupo de ofensores sexuais é um grupo de delinquência heterogéneo, podendo ser classificado em diferentes tipologias. Torna-se difícil então o reconhecimento de uma existência particular e tipológica do ofensor, o que facilita a criação e perpetuação de mitos ao redor de sua caracterização e a propagação de informações equivocadas a seu respeito.

Para Vieira (2010), a fim de melhor compreender o grupo de ofensores sexuais infantis faz-se essencial perceber as características e motivações ao comportamento sexualmente ofensivo. É assim que se considerar ser neste estudo mais apropriada a discussão sobre modelos explicativos e abordagens teóricas de agressão sexual.

Para Finkelhor (1986) a maioria das abordagens teóricas referentes aos abusadores sexuais infantis são *single-factor theories*, a se expressarem por explicações inadequadas que não respondem a gama de perguntas que o assunto demanda. O autor discute sobre a necessidade de uma explicação multifatorial que seja capaz de identificar todos os mecanismos os quais possam esclarecer o interesse sexual em crianças, *“what is needed is a more complicated model that integrates a variety of single factor explanations in a way that accounts for the many different kinds of child molesting”* (Finkelhor, 1986, p.92).

É desta forma que para se especificar as características dos ofensores sexuais infantis, e na tentativa de identificar aspectos próprios deste grupo dos quais determinem variáveis que possam prever o comportamento criminal ofensor, faz-se necessário um ponto de vista teórico integrado, o qual utilize o contributo de várias abordagens teóricas. Todavia, devido a propósitos desta investigação, não nos aprofundaremos nesta temática e passaremos a tratar dos mitos relacionados a tipologia do ofensor, variáveis de relevo uma vez que contribuem para conhecimento social acerca do tema, a interferir e impedir trabalhos de prevenção e intervenção junto a este grupo.

6.1. Mitos relacionados a tipologia do ofensor

A concepção de que o agressor sexual infantil seja um indivíduo desconhecido de ar suspeito, a sofrer de uma patologia (Almeida, 2003), ser do sexo masculino e de idade avançada; além de serem indivíduos frustrados que fazem uso de uma estratégia única para cometer sua ofensa, em um cenário próprio e característico (Mc Donald, 1952 in Finkelhor, 1984), prevalece ainda entre muitos dos discursos e crenças sociais ao redor do abuso sexual infantil.

Neste contexto, os dados da literatura indicam uma tipologia diversificada e heterogênea de grupos etários, formação profissional, nível socioeconómico e ético (Becker, J. 1994) e fazem alusão a distinta natureza de relação do agressor com a vítima, estratégias, contextos e locais utilizados para a agressão sexual a criança. Discorreremos a seguir sobre alguns destes temas.

6.1.1. Idade do agressor

Um dos temas polêmicos em relação a caracterização do agressor é sua idade. Encontra-se presente na literatura do ASC uma diversidade de grupos etários de ofensores sexuais. Segundo Finkelhor (1984), se é fato que há predominância de idade entre os agressores, o mito do “homem velho e sujo” contribui apenas para uma pequena fração da realidade. E o que se observa então é o predomínio de ofensores no período da adolescência, a mostra-se fulcral a percepção dos ofensores sexuais infantis fora dos atributos exclusivos de adultos, uma vez que se apresentam como adolescentes, jovens pré-púberes ou em período de latência (Laetitia & Chartier, 1997 in Gabel, 1992).

É deste modo que o estudo James & Neil (1996 in Fávero, 2003) indica haver uma importante frequência de ofensores sexuais na faixa de idade entre 12 e 17 anos. Em adição a isso, os estudos de Lopez (1994 in Fávero, 2003) apontam para a faixa etária entre 31 e 50 anos, ao passo que observa-se a média de 26-45 anos para este grupo nos estudos de Moura (1998 in Fávero). A ressaltar ainda a emergente literatura sobre crianças no papel de ofensoras sexuais (Denov, 2003).

6.1.2. Género

Quanto ao género do ofensor, a grande maioria dos resultados da investigação científica aponta para um predomínio do sexo masculino neste grupo (Fávero; Finkelhor, 1984). Furniss (1991) afirma que o abuso sexual de crianças (em seu âmbito de ofensor) é indubitavelmente um fenómeno relacionado ao género masculino. Muitos são os estudos para tentar explicar dado fato. Segundo Denov (2003), um dos aspectos principais a considerar como a causa principal deste fato é a representação de género, o qual se assenta na ausência do reconhecimento e aceitação social de mulheres como ofensoras sexuais infantis.

Devido aos tradicionais papéis sexuais, os quais caracterizam o homem como sexualmente ativo e a mulher, o elemento passivo da relação sexual, tornar-se excludente a ideia do controle feminino desta e em decorrência disso, a sua capacidade para cometer uma agressão sexual (Denov, 2003). Outros autores defendem ainda a tendência de mulheres ofensoras de cometerem atos considerados menos severos, escolherem vítimas

mais jovens, serem na maioria dos casos cuidadores primários da criança, a contribuir para que sua agressão sexual não seja interpretada como tal, tornando tanto o reconhecimento e a legitimação de uma situação sexualmente abusiva, bem como a denúncia desta, um ato menos provável (Jonhson, 2004; Rudin et al., 1995 in Barbosa, 2011).

Murray (2000) aponta para o fato das mulheres constituírem grande parte dos profissionais da educação infantil, a serem consideradas deste modo menos propensas a cometer uma agressão sexual do que os homens. No entanto, em seu estudo com 270 casos de ASC, revelou-se que 30% do grupo de ofensores pertenciam a ordem de professores e profissionais da educação infantil, sendo 50% da população feminina e 59% da população masculina vítimas de abuso sexual perpetrados por ofensoras mulheres. A faixa etária do grupo de ofensoras oscilou entre 16 e 77 anos, com uma média de 35 anos, a mostrar uma população com maior nível de educação e menor nível de isolamento social que os grupos masculinos, a ainda indicar um grupo the church-going e de menor histórico de comportamento sexual desviante (Finkelhor et al, 1989 in Murray, 2000).

Ainda de acordo com o estudo anterior, o abuso sexual de crianças cometido por mulheres ofensoras mostrou-se de maior gravidade do que os cometidos pela população masculina, uma vez que: (1) a duração do abuso é maior; (2) o grupo de mulheres ofensoras não é incluído no grupo de portadores de pedofilia; (3) crianças mais jovens são o seu maior grupo de vitimização e são capazes de cometer atos múltiplos de ofensas, como uso da força e da ameaça.

Em convergência, Finkelhor (1981) acrescenta o fato das crenças populares de nível biológico se encontram diretamente relacionadas ao convencimento da incapacidade da mulher de cometer uma violação sexual. A pautarem-se em premissas fisiológicas referentes a situação sexual, dadas convicções tocam diretamente no mito do uso da violência física e realização da cópula em toda situação sexualmente abusiva na infância. Nesta linha de pensamento, o fato do sexo feminino, por sua generalizada inferioridade biológica (de força, peso, massa corpórea, etc.) e ainda por depender de uma ereção masculina para poder realizar um intercurso sexual (o que se considera fora do controle da mulher) incentivam e alimentam, o que chama Finkelhor (1981), de monopólio masculino em casos de agressores sexuais.

6.1.3. Relação com a vítima

Outra mitologização a respeito do ofensor sexual de crianças, e bastante difundida no senso comum, faz menção ao agressor ser na grande maioria das vezes um indivíduo desconhecido da criança. Em contrapartida, a investigação demonstra que a maior parte dos agressores sexuais são indivíduos que a vítima conhece. Bouchet, Pérard & Zorman (1997, in Gabel, 1992) em estudo apontam para o fato de um terço de sua amostra de ofensores ser constituído por desconhecidos (37%) enquanto dois terço desta (63%) incluíam sujeitos conhecidos de suas vítimas, a ainda reportar-se 17% dos ofensores como sendo pessoas pertencentes ao ciclo familiar da criança. Segundo os mesmos autores, dada constatação deve ser levada em consideração nos casos de trabalhos preventivos ao ASC a fim de se redimensionar o reforço dado ao risco que representam os conhecidos.

Relativamente ao abuso sexual de crianças cometido no círculo familiar da criança, faz-se importante discutir sobre as questões referentes ao incesto. O conceito de incesto faz alusão a relações sexuais entre membros de uma mesma família ou, até mesmo em alguns contextos, o casamento entre os mesmos. Finkelhor (1981) inclui em sua definição de relações incestuosas, o contacto sexual entre familiares caracterizados por intercurso, masturbação, carícias de cunho sexual, sexo oral, exibicionismo. A incluir neste conjunto de relações sexuais entre familiares, contactos entre vítima e ofensor da mesma geração como irmãos, irmãs, primos ou entre gerações, entre a figura paternal, maternal, avós, tios, entre outros e a criança. O incesto pai-filha é o que recebe maior atenção social (Finkelhor, 1981), e a ser considerado o de maior dificuldade de revelação pela vítima (Bouchet, Pérard & Zorman (1997, in Gabel, 1992).

6.1.4. Estratégias utilizadas para agredir sexualmente

Quando se abordam as estratégias utilizadas pelo agressor para a agressão sexual na infância, torna-se imprescindível referenciar a grande confusão que se estabelece entre os conceitos de violação (a implicação do uso de força para a realização do ato sexual forçado) e do abuso sexual como um todo (Finkelhor, 1981). Apesar de muitas vezes reforçada pela justiça, a qual tende a definir a veracidade da denúncia de acordo com as marcas físicas deixadas na vítima (Fávero, 2003), o uso da violência física na agressão sexual não se faz condição necessária para sua ocorrência, reconhecimento e validação de caso.

Peters (1976 in Finkelhor, 1981) menciona que o abuso sexual de crianças envolve menos uso da violência física do que a violação uma vez que a autoridade e o poder de persuasão do agressor, a coação, manipulação parecem ser mais apropriados para estabelecer dado contato sexual com as vítimas. Para além deste conceito, Finkelhor (1981) ilustra o fato do conceito de violação relacionar-se diretamente com a ocorrência do intercurso sexual, o que não acontece sempre em casos de ASC.

6.1.5. Patologização do agressor sexual

Segundo Finkelhor (1986), enquanto a investigação sobre as vítimas de abuso sexual na infância abordam a problemática propriamente dita, diferente se faz na pesquisa a respeito dos ofensores, a qual tende a abordar sempre os mesmos tópicos relativos a molestações de criança e ou pedófilos. Faz-se notar, tanto nos discursos de senso comum, da média bem como no científico, a equivocada prática de se associar a imagem do agressor sexual infantil a patologias, da mais comum, referencia-se a pedofilia.

Para Rodrigues (2014), a pedofilia, noção científica a qual na contemporaneidade se torna elástica e se populariza no senso comum, é conceito disputado por vários saberes (direito, psiquiatria, sociologia, antropologia, psicologia, história, serviço social, entre outros), e envolve um poderoso campo de problematização moral.

Não apenas execrada pelo ato em si, *“mas pela poluição da criança, que é vista como um ser inocente e puro, e pelos danos (sobretudo econômicos) causados às famílias e sociedades”* (Rodrigues, 2014, p.24), de acordo com o mesmo autor, os processos de construção, escandalização e criminalização da pedofilia destacam-se por se observar aspectos morais agregados ao problema, a servir mais para proteger valores morais do que as próprias crianças vítimas de ASC. É desta forma que moralmente a pedofilia torna-se desumana e o pedófilo, o monstro.

Faz-se de importância assim para clarificação de grupos de ofensores e seus perfis distinguir entre dois principais grupos de ofensores sexuais de crianças: (1) os indivíduos incluídos em um padrão normal de sexualidade dos quais impulsivamente ou em momentos oportunos cometem um ato sexualmente desviante; (2) aqueles indivíduos que apresentam um consistente comportamento de desvio sexual estabelecidos como parafilias (Becker, J.

1994). Devido a grande confusão dos discursos sociais e ao mito da patologização do ofensor, é sobre o segundo grupo que discutiremos neste tópico.

De acordo com o *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* em sua quarta edição (DSM-IV-TR, 2005)⁷, o grupo das parafilias inclui-se no conjunto dos desvios sexuais (Aggrawal, 2009). Inserida neste último grupo encontra-se a pedofilia. Neste viés, considera-se a pedofilia (e o pedófilo) como parte integrante de um grupo de doenças mentais. Ao passo que se esclarece não ser a pedofilia considerada crime nem tão pouco seu portador sinónimo de ofensor sexual. Ao contrário do que muito se propaga nos discursos sociais, “*se o pedófilo não ceder aos seus impulsos, nunca será um ofensor sexual*” (Almeida, 2003, p.17). Apesar de muito se considerar a pedofilia com uma, das diversas, causas (motivação) do comportamento sexual desviante de alguns agressores, “*the equation of sexual abuse with pedophilia is thus misleading*” (Finkelhor, 2009, p.4).

6.1.6. O estereótipo do monstro

Na perspectiva histórica, é a pedofilia, de todas a parafilias, a receber mais ódio da população (Aggrawal, 2009). Seja em decorrência da associação errónea da imagem do ofensor sexual ao pedófilo e de sua patologização, ou devido ao grande tabu instaurado ao redor da inocência infantil e a repugnância a crimes de ordem sexual em qualquer âmbito, fato é que os discursos sociais, de massa, e da média não raro atribuem ao ofensor sexual infantil a representação do monstro. Para que se possa assim melhor perceber o estereótipo de monstro e suas implicações tão caras ao abuso sexual em si bem como a população de ofensores, retoma-se brevemente aqui a discussão de Foucault (2010) a respeito da monstrosidade.

Segundo Milanez & e Prates (2013), a ideia Foucaultiana de monstrosidade fundamenta-se na noção de transgressão, a servir de base para o pensamento sobre

⁷ No momento presente está já disponível a versão V do DSM: *American Psychiatric Association (2013). Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (5th Edition). Arlington, VA, American Psychiatric Association.*

práticas transgressoras. Os mesmos autores defendem que, com bases na noção jurídica, em que compreende-se o papel do monstro como o de transgressão a leis naturais, dada representação assume uma associação íntima com a violação extrema de uma norma natural em seu domínio jurídico-biológico. A ser o monstro significado através do conceito da anormalidade, como ilustra Tarde (in Canguilhem, 1992, 160/2008, 136 & 126 In Morar, 2014) “*the normal type is the degree zero of monstrosity*”.

Para Foucault (2010 in Lui, 2013) considerados como uma mistura do impossível com o proibido, o monstro humano caracteriza-se como uma anomalia, um fenómeno ao mesmo tempo que extremo e raro. Em oposição a norma, a simbolizar o desvio de conduta, a deformação, o estatuto criminal, a jurisprudência, e ao passar para o domínio moral, estabelecer-se como a monstrosidade do comportamento, a figura do monstro significa a própria perturbação a ordem. Neste âmbito, representa-se então o monstro como sujeito de conduta, tipo físico e modos de viver abomináveis pela maioria da população, a causar medo, pavor social e pânico moral (Lui, 2013).

É deste modo que o monstro é considerado como um misto de homem e animal, em uma fusão de espécies, como também denominado o demônio na simbologia católica. O monstro é a dita aberração, usualmente trazendo em si um indício de criminalidade. Ao atacar o corpo social em sua normalidade e tocar diretamente a um dos seus mais caros tabus (o sexo e a sexualidade com crianças), o ofensor sexual de crianças tem sua imagem vinculada ao monstro, a sofrer processos de exagero e distorção da média e de muitos dos discursos populares.

Com frequência esta simbolização é associada a respostas populares de cunho emocional, caracterizadas pela raiva, ódio, sentimento de vingança, indignação e perplexidade, a instaurarem-se crenças de medo, repúdio e repulsa a esta figura. A vinculação de uma representação estigmatizada de um monstro social ao ofensor sexual de crianças incentiva a relação popular *crime-castigo* em detrimento da *punição em nome da lei*, ao mesmo tempo que priva esse grupo de ofensores de trabalhos ditos de “*recuperação*”, a dificultar o desenvolvimento dos trabalhos da investigação nas áreas de prevenção e intervenção junto a estes grupos.

É desta forma que a ideia da correção associada a mais alta punição jurídica sofre

derrota pela crença da vingança por meio da legitimação da violência pública através de práticas como o justicamento, o linchamento, a “*justiça pelas próprias mãos*”, âmbitos em que se assistem casos máximos como o de homicídios de ofensores sexuais em penitenciárias devido a repulsa até mesmo desta população.

7. Estratégias para prevenção e intervenção do ASC

Segundo Finkelhor (1984), o campo de prevenção ao ASC é fato recente, iniciando-se por volta dos anos 70. Em sua origem identifica-se a massiva contribuição e financiamento do terceiro setor (mais precisamente dos esforços voluntários oriundos da crise da violação) e seu crescimento sofreu intenso desenvolvimento por volta de 1983 (Finkelhor, 1984). No entanto, apesar do seu potencial de alcance ser grande e encontrar-se sobre um custo-benefício razoável, seus serviços ainda são escassos na maior parte das localidades.

Para melhor compreender as dimensões que dominam as estratégias utilizadas em prol da prevenção e intervenção do abuso sexual de crianças, interessa-nos antes de tudo explorar um quadro conceptual e social que torne o plano de seus trabalhos preventivos mais compreensivo e lhe dê um contexto apropriado (Daro, 1994). Para tal, citamos o modelo teórico de pré- condições de Finkelhor (1984), considerado um modelo integrado e uma “*teoria simples e que sistematiza os diferentes fatores que influenciam o processo que origina o comportamento sexual violento*” (Vieira, 2010, p.28).

Assim e segundo este modelo (Finkelhor, 1984), quatro pré-condições principais são definidas para que ocorra uma situação sexualmente abusiva na infância: (1) a motivação para abusar de crianças; (2) a habilidade para superar os inibidores internos; (3) a habilidade para superar os inibidores externos; (4) a capacidade da criança de reagir ao comportamento sexual ofensivo.

Neste sentido, segundo Daro (1994), torna-se clara a inverosimilhança de se encontrar uma única estratégia de prevenção a qual possa abranger as quatro pré-condições estabelecidas por Finkelhor e assim se mostrar efetiva e promissora na sua atuação solitária, não importando o quanto bem planejada e implementada seja. Daí compreende-se a importância da prevenção do abuso sexual de crianças ser um sistema multifacetado e que se estabeleça na premissa de desenvolver programas focados em diversos âmbitos.

Porém, distintamente às suas necessidades, sua realidade ainda permanece em grande parte concentrada em um único aspecto de sua ocorrência, os trabalhos focados na criança-vítima.

Apesar de se perceber serem os programas de prevenção e intervenção direcionados em maior quantidade e variedade (como o grande uso da mídia) ao público infantil, os programas de prevenção ao ASC geralmente direcionam-se a três principais populações: a de criança, de pais e de profissionais da área. Tais programas, segundo Finkelhor (1984), comumente referem-se a 3 tópicos básicos: educação a respeito do ASC, conscientização (*empowerment*) a respeito de potenciais ofensores e ações a serem tomadas em caso de potenciais tentativas (segurança pessoal) e indicações de uma situação abusiva (prevenção de situação abusiva). Lamentavelmente, segundo o mesmo autor, dados programas parecem ignorar o importante fato de que talvez muito da sua audiência possa se tornar ou seja potenciais e/ou ofensores sexuais de crianças. Para Snowden (1983 in Finkelhor, 1984), dados esforços preventivos igualmente deveriam desencorajar uma população masculina, jovem ou adulta, de cometer um abuso sexual.

Observa-se na prevenção junto a outras tipologias de maus tratos infantis (como a negligência, o abuso emocional e físico) a existência de uma concentração de esforços em prol da mudança do comportamento abusivo do adulto agressor. No entanto, distintamente, o abuso sexual infantil encontra na sua história e na atualidade um trabalho preventivo o qual maioritariamente adota e se debruça em um foco amplamente concentrado na população infantil e no desenvolvimento e fortalecimento de habilidades de autoproteção (e defesa) deste público perante uma potencial situação sexualmente abusiva, bem como diante de um potencial agressor sexual.

No contexto da prevenção, compreendida como um processo de mudança nos potenciais agressores e vítima (e no ambiente em que ambos se encontram) para Daro (1994) três são seus níveis de ocorrência: (1) prevenção primária; (2) prevenção secundária; (3) prevenção terciária. Tais grupos diferenciam-se a nível de público-alvo e objetivo. A saber, o primeiro grupo destina-se a população em geral e tem como finalidade impedir a ocorrência do fenômeno como um todo enquanto. Já o segundo, direciona-se a serviço de grupos de alto-risco e tem como propósito evitar um contínuo alastramento do problema. Por

fim, a prevenção terciária se debruça sobre os trabalhos com a vítima e o ofensor e assume como meta a prevenção de reincidências de casos, tanto vitimários como ofensivos.

Collin- Vézina, Daigneault e Hebert (2013) argumentam que duas são as principais formas de difusão, das quais se tem extensivamente investigado, no campo da prevenção do abuso sexual de crianças. Nomeadamente relacionado ao frequente uso da terminologia em inglês *offender management* em adição aos programas educacionais dirigidos ao público infantil, implementados essencialmente no ambiente escolar. Localizadas na dimensão da prevenção terciária, os primeiros fazem referência a medidas de controle e programas de intervenção ao ofensor sexual de crianças enquanto o segundo encontra-se no domínio da prevenção primária, é essencialmente desenvolvido na escola e tem como seu público-alvo a potencial vítima. É desta forma que se constata que as intervenções preventivas na esfera dos individuo se apresentam como expressões mais comuns em relação a esfera familiar e social.

No que concerne aos crimes, são os de ordem sexual considerados como os de maior repreensão e difamação social. Seus agressores são também os que sofrem maior marginalização e repulsa popular, a incluir a grande rejeição dos próprios colegas de cárcere. Por consequência, assiste-se a uma escassa simpatia pública dada aos agressores sexuais de crianças (Jeglic, Spada, Mercado, 2013), a refletir na dificuldade em se desenvolver programas de prevenção e intervenção junto a esta população. Dados fatos apontam assim para a relação íntima que se determina entre a ausência de atitudes e crenças sociais empáticas para com este grupo (Daro,1994) e a lacuna e dificuldade de se criar e estabelecer projetos de atendimentos ao potencial e convicto agressor sexual.

Como argumenta Daro (1994), fatores como o desconforto social ao redor do tema sexualidade, a dificuldade de desenvolver e alargar as possibilidades de tratamentos para ofensores sexuais infantis, a falta de evidências as quais definam e identifiquem as potenciais vítimas e os potenciais agressores e a rápida e intensa exposição pública da temática limitam e dificultam a variedade de estratégias preventivas oferecidas ao ASC. A resultar na concordância dos autores em afirmar que a maioria dos trabalhos no campo da prevenção do abuso sexual infantil não envolvem um leque de opções demasiadamente amplo como necessário.

7.1. O desenvolvimento de habilidades de vida nos programas de prevenção

Em consonância com o que apresentamos, segundo a Organização Mundial de Saúde (2009), o desenvolvimento de habilidades de vida em um currículo educacional junto a crianças e adolescentes (0-19 anos de idade) apresenta-se também como valioso e efetivo método de esforços preventivos e interventivos a violência contra os mesmos. A incluir-se no grupo da violência, o abuso sexual infantil, os outros tipos de maus tratos na infância bem como situações adversas que uma criança e/ ou um adolescente possa se encontrar.

É deste modo que, além de contribuírem para “*child care and protection*”, o ensino de habilidades de vida estimulam o desenvolvimento da qualidade e eficiência no sistema educacional, educação básica, promoção do aprendizado ao longo da vida, qualidade de vida, promoção de atitudes pacíficas, igualdade de gêneros, democracia (WHO, 1999). Adiciona-se a isto o fato que a realização de programas baseados em um modelo de habilidades de vida é também considerada “*uma estratégia na redução do comportamento de risco e para o aumento dos cuidados com a saúde física e mental*” (Paiva e Rodrigues, 2008, p.676)

Contextualizadas no domínio de competências psicossociais de um indivíduo (WHO, 1997), de acordo com a WHO (2009), habilidades de vida são caracterizadas como “*a person’s ability to maintain a state of mental well-being and to demonstrate this in adaptive and positive behavior while interacting with others, his/ her culture and environment*” (WHO, 1997, p.1). Em seu escopo encontram-se habilidades cognitivas, emocionais, interpessoais e sociais as quais capacitam os indivíduos de modo efetivo a lidarem com os desafios de uma vida diária, das quais dependem de culturas e organizações sociais em que se envolvem. E nomeadamente, identifica-se como habilidades relevantes e cross-culturais: “*decision-making and problem-solving; creative thinking and critical thinking; communication and interpersonal skills; self-awareness and empathy; coping with emotions and coping with stress*” (WHO, 1999).

Finkelhor & Luna (1998) defendem o fato de programas de prevenções que utilizem e se baseiem em *skill training* tornam-se mais efetivos no trabalho com mudanças de comportamentos e desta forma, prevenção de uma situação abusiva. Tais programas, ao proporcionarem *life skills training*, incluem habilidades de vida relacionadas ao poder de

assertividade e de recusa, bem como facilitam o desenvolvimento de competências pessoais de ordem social as quais promovam poder de decisão, de coping e autoestima (Botvin & Botvin, 1992 in Finkelhor and Luna, 1998).

7.2. O contexto da educação sexual nos trabalhos de prevenção ao ASC

A educação sexual, caracterizada como o processo de adquirir informação e formar atitudes e crenças a respeito de sexo, identidade sexual, relacionamentos e intimidade, desenvolve em seus estudantes habilidades de vida relacionadas a decisão de se estabelecer escolhas e comportamentos que lhes tornem competentes e confiantes para agir dentro de assuntos referentes a sexualidade, sexo, etc. (Kumar & Kumar, 2006). Tais autores defendem a ideia do direito do jovem a educação sexual uma vez que esta auxilia na proteção dos mesmos contra abuso, exploração, gravidez indesejada e doenças sexuais.

É deste modo que se acredita que uma educação sexual efetiva oferece aos seus educandos a oportunidade de explorar as razões pelas quais as pessoas desenvolvem práticas sexuais, além de desenvolver o pensamento crítico a respeito de emoções, respeito por si e por terceiros, e decisões das quais dadas práticas sexuais se envolvem. A ser apropriado iniciar-se antes da puberdade, antes que se desenvolva padrões de comportamento, a educação sexual pode ser estabelecida pelos próprios pais, pela educação formal ou mesmo em bases comunitárias e por meio de instrumentos da mídia. A fazer ser importante compreender que dada tipologia de educação pode também se estabelecer como uma contínua conversa sobre valores, atitudes e fatos relativos a temática. Kumar & Kumar (2006), afirmam que evidências sugerem que programas efetivos de educação sexual escolar reduzem comportamentos específicos de risco.

Capítulo II: A Índia

1. Contexto Sócio- Cultural e ao Abuso Sexual de Crianças

Addressing child sexual abuse is a challenge all over the world. But in India, shortcomings in both state and community responses add to the problem. (Watch Human Rights, p.3)

A Índia se apresenta como uma das economias emergentes mais dinâmicas do período, a mostrar um acelerado crescimento económico nos últimos anos. A datar pouco mais de sessenta anos de independência, o país ainda conta com uma carga de tradições milenares originadas nos primórdios de sua civilização, a apresentar peculiaridades que se engendram em suas estruturas sociais e caracterizam seu processo histórico (Schatzmann, 2010) .

Em consonância a isto, observa-se na sua modernidade a realidade de um país constituído por uma população multi-cultural, multi-étnica e multi- religiosa a sofrer como consequência a grande marginalização de grupos socialmente e economicamente discriminados. Em seu prefácio ao estudo *Study on Child Sexual Abuse* (2007), Deepa Jain Singh afirma que a população infantil encontra-se como o mais vulnerável sector de marginalização e negligência sócio-económica ao mesmo tempo que segundo a mesma autora, “*child protection has remained largely unaddressed*”.

Estabelecendo-se como a casa de mais 430 milhões de crianças, estima-se que a Índia abrigue uma em cada cinco crianças do mundo (*Watch Human Rights*), a compor 19% da população mundial infantil e ser mais de um terço da sua população nacional (estimado em 42%) constituída por crianças (*Study on Child Abuse*, 2007). Estima-se ainda que 40% de sua população infantil encontre-se em situação de vulnerabilidade (nomeadamente no tráfico, em situação de rua, no trabalho infantil, abuso de drogas, crime entre outros). Segundo Louis-Georges Arsenault (in *Watch Human Rights*, 2013), representante da UNICEF na Índia, uma em cada três vítimas de violação no país é criança.

Segundo relatório *India's Hell Holes* (2013), um total de 48, 338 casos de ASC foram registrados entre 2001 e 2011 na Índia. Dados números incluem 2,113 casos registrados em 2001 a atingir 7,112 casos em 2011; indicando um aumento de 336 % nos casos de abuso

sexual na infância. Respectivo relatório sublinha que dados números devem ser considerados apenas como uma dimensão estatística referente ao fenómeno uma vez que a maioria dos casos de ASC não é denunciada.

Com o propósito de preencher as lacunas referentes a conhecimentos básicos ao redor da problemática dos maus tratos infantis, para além disso ainda reconhecida como um dos esforços públicos de suplementação ao desenvolvimento de políticas públicas de proteção a criança⁸, uma pesquisa de âmbito nacional foi iniciada na Índia em 2005, a ser desde então considerada como a maior desta tipologia desenvolvida mundialmente (*Study in Child Abuse*, 2007). É deste modo que no ano de 2007 o governo indiano, por meio do MWCD⁹, publica a sua primeira investigação (*Watch Human Rights*, 2013) intitulada “*Study on Child Abuse, India 2007*”. Das suas dimensões, 13 (dos 28) estados indianos constituíram uma amostra de 12447 crianças, divididos em 5 diferentes grupos¹⁰ em um estudo que se debruçou sobre o fenómeno dos maus tratos infantis em seu níveis tipológicos de maus tratos físicos, abuso sexual de crianças, abuso emocional e negligência a criança menina. A aqui nos interessar somente o que cabe as dimensões do ASC.

Os resultados do referido estudo indicam 53.22% da população infantil a sofrer uma ou mais formas de abuso sexual, a neste grupo incluir níveis severos de abuso ou outros níveis. Apesar das críticas metodológicas recebidas de outros estudos e intelectuais nacionais, as quais fazem alusões a limitação da amostra (segundo críticas, amostra majoritariamente localizada em uma população vulnerável¹¹) e igualmente mencionadas nas limitações do próprio estudo *Study on Child Abuse, Watch Human Rights* (2013) sublinha que “*the number should be taken as an indication of the seriousness of the problem than a reflections of the incidence of the abuse*”. É de qualquer modo de sublinhar que os indicativos e evidências se fazem oficialmente pela primeira vez claras, a constatar-se o

⁸ Bem como desenvolvida como complemento aos estudos de violência contra a criança pertencentes a *UN Secretary General's Global Study on Violence against Children (2006)*

⁹ Ministry of Women and Child Development.

¹⁰ Criança no ambiente familiar, criança no ambiente escola, criança em ambiente de trabalho, criança em situação de rua e crianças institucionalizadas.

¹¹ *Watch Human Rights* (2013) cita exemplo do contexto da colecta de dados em ambientes escolares onde os respondentes seleccionados já haviam sido previamente identificados pelas professoras como crianças em risco.

ASC como problema social e de saúde pública, a ser amplamente reconhecido na modernidade como uma das grandes problemáticas infantis e ainda um dos aspectos do silêncio social na Índia. Neste país o abuso sexual de crianças é composto por uma outra dimensão sobre a qual discutiremos a seguir.

2. Dimensões da exploração no contexto de Abuso Sexual de Crianças

Em contextos de países de alto desenvolvimento económico, pouco se percebe a presença de mais de uma dimensão ao abuso sexual de crianças. Por outras palavras, o abuso sexual de crianças é majoritariamente compreendido por um viés único: sem carácter financeiro. No entanto, em países como a Índia, torna-se difícil não notar, seja em sua literatura sobre os direitos da criança ou nos seus trabalhos sociais, a presença de outra dimensão: a exploração comercial sexual de crianças.

Pautada na justificação comum para a existência moderna do indivíduo, nomeadamente a necessidade do consumo, a sociedade atual faz deixar implícito o crescente incentivo para o consumo de corpos infantis (Nunes, 2009). Dado fenómeno, segundo Nunes (2009) contribui para a objetificação, instrumentalização, e a transformação da criança em sujeito de desejo do outro, a resultar entre outras variáveis na produção de uma visão mercadológica de criança- produto.

Nesta perspectiva, a criança-produto é oferecida para fins sexuais, a fazer emergir seu mercado, e a demanda por este, bem como produzir uma indústria multibilionária de proporções internacionais (Bajpai, 2003). Observa-se então o fenómeno da desconstituição da criança enquanto ser sujeito e a criação da exploração da mesma para fins sexuais no comércio. É assim que se instaura o conceito de exploração sexual comercial de crianças, em outros termos, a dimensão do abuso sexual infantil a envolver uma terceira parte beneficiada por seu lucro (Bajpai, 2003).

Pela presente investigação se inserir em realidades socioeconómicas distintas em sua pesquisa de campo (Índia) e desenvolvimento e acolhimento teórico (Portugal), decide-se discutir aqui de modo mais aprofundado sobre a exploração comercial de crianças, uma vez que esta se faz realidade somente em um dos dois contextos investigativos (o de campo). Para fins desta investigação, sublinha-se que a exploração sexual não comercial de

crianças será compreendida como todo contexto de ausência da noção de mercado e mercadoria enquanto a exploração sexual comercial de crianças é percebida devido ao seu envolvimento no mercado ilegal financeiro.

2.1. Exploração Sexual Comercial de Crianças

A exploração sexual comercial de crianças trata do fenómeno que coloca o corpo infantil, o sujeito criança e a relação sexual com a mesma, no centro de uma sociedade de consumo que concretiza relações sexuais com menores de 18 anos. Segundo Relatório da ECPAT (2006), a Exploração Sexual Comercial de Crianças existe na Índia em larga escala e em diferentes formas: prostituição infantil, tráfico de crianças para fins de exploração sexual, e o casamento infantil são três de seus principais formatos e selecionados para serem abordados aqui por sua estreita relação com os propósitos da investigação.

Há de se lembrar ainda o crescente aumento do chamado *child sex tourism* na Índia que segundo ECPAT (2003 in ECPAT 2006) oferece a ofensores sexuais de crianças (estrangeiros ou cidadãos do país) acesso ao mercado da exploração sexual comercial de crianças em diferentes formatos (através de serviços de hotéis, barcos-casas, etc.) e regiões do país, a destacar Goa, Mumbai, Kerala, Calcutá, Pondicheri, Jaipur, Agra e Nova Délhi.

Adiciona-se por último o fato da exploração sexual comercial de crianças na Índia manifestar em uma de suas vertentes caráter peculiar por relacionar-se com diferentes práticas religiosas e tradicionais do país em que as normas culturais forçam as crianças a prostituição (Bajpai, 2003). A servir de ilustração o caso *devadasi*¹², *jogins*, *basavis*, *bedias*, *bancharas*, *dommaras*, *venkatasanis*, etc. (Bajpai, 2003). Dadas comunidades encontram-se culturalmente envolvidas em práticas socialmente “autorizadas”, no entanto consideradas ilegais, de prostituição infantil.

¹² Sistema ou comunidade de crença religiosa a qual, em expressão actual, aceita a prostituição infantil como uma de suas práticas religiosas.

2.1.1. Prostituição Infantil

Segundo Bajpai (2003), a prostituição infantil é um termo popular mas que no entanto inadequado uma vez que implica consentimento para prática da mesma e segundo o autor, a criança não consente. Deve-se considerar então que a condição coerciva da exploração sexual infantil simplesmente proíbe a ideia da criança se prostituir, compreensão que afirma o fato que “criança não é agente, mas vítima da prostituição” (In Nunes, 2010, p.79). Para Bajpai (2003), a prostituição infantil é considerada como uma condição de escravidão sexual lucrativa a seus intervenientes (pimps, brothels owners, parents, etc), a qual tem sua demanda aumentada em decorrência do advento da AIDS.

Uma atividade criminal altamente rentável, considerada como qualquer atividade que envolva qualquer oferta de serviços sexuais por uma criança or a indução por qualquer forma de compensação, a prostituição infantil é violação dos Direitos da Criança e de sua dignidade. Dada prática produz como uma de suas consequências doenças mentais e frequentemente possui como consequências impactos psicológicos de longo prazo como ansiedade, depressão e desvios de comportamento.

Sabe-se que crianças expostas a prostituição são geralmente responsáveis em providenciar suporte financeiras as suas famílias, a serem expostas a altos riscos de suicídio e perturbações de *stress* pós-traumático. Vários são também outros problemas de saúde pública enfrentados, citando doenças infecciosas, gravidez precoce, abuso de substâncias e violência como alguns deles. De acordo com ECPAT – USA (1999) 100 a 500 mil crianças são expostas a prostituição no Brasil, 200 mil na China, 300 mil nos Estados Unidos e de 400 a 575 mil crianças na Índia.

2.1.2. Tráfico de Crianças para Fins de Exploração Sexual

Trafficking, I think, is the act of secretly and forcibly moving little children, young boys and girls, from one country to another. Our locality is a red-light area. Most of the girls who get trafficked into our locality are from Bangladesh. They have no idea about the place they have come to or the path they will be forced to walk. Their husbands bring them to this world of darkness. They do not understand the ways of this place. Their husbands rent a room here, purchase a few essential things for daily use, leave the girls there and go away. Sometimes they share the same room with other girls of the locality. The newcomers ask the experienced, “What do you do for living?” The girls say, “We’re ‘sex workers’. From now on, you’ll also be a ‘sex worker’.” The trafficked girls want to know the meaning of ‘prostitution’. The girls try to make them understand, but it is often beyond their comprehension.

Then they start bringing men and do not allow these girls to leave their rooms lest they flee. They threaten the girls until they accept the fact that they are 'sex workers'. —Anjali, 16. (The place where we live is called a Red Light area, p.24)

Desigualdades sociais, somados a falta de meios de subsistência e o alto lucro dos donos de bordéis repleto de demandas de se ter jovens meninas, fazem com que o tráfico de crianças para fins de exploração sexual seja uma das mais centrais manifestações do CSE, a aumentar ao longo dos anos no país.

Inserido nos domínios do que se compreende como Tráfico Humano, segundo estimativas das Nações Unidas (Patkar, P & Patkar, P, 2005), uma das três fontes de crime organizado mais rentáveis do mundo, o tráfico de crianças para fins de exploração sexual, para além da violação do direito fundamental do homem, o qual lhe confere dignidade e liberdade, vitimiza a criança, a expô-la a sérias situações de risco. Sujeição a tortura física e mental bem como exposição a doenças sexualmente transmissíveis e algumas vezes fatais (SIDA), segundo Patkars (2005), são algumas das consequências do tráfico infantil para fins de exploração sexual.

As representações sociais e seus mitos instauram a crença de que o tráfico humano se faz presente apenas em países pobres. É deste modo que se isenta os países mais ricos de dado crime e realidade. No entanto, a literatura confirma que a escala do tráfico humano assume dimensões majestosas a incluir nos seus domínios a maioria dos países. Enquanto os níveis de pobreza produzem fontes para o tráfico, as economias desenvolvidas e emergentes os consome. Afirma-se que no universo do tráfico humano cada país trabalha de acordo com suas próprias demandas a se apresentarem como locais de fonte, trânsito ou destino (ou até mesmo 2 ou 3 de suas combinações). É a Índia país que abastece, facilita e recebe o tráfico humano em todo o seu território (Patkars, 2005; Bajpai, 2003).

Estima-se que anualmente a Índia, país de fonte, trânsito e destino de tráfico de crianças para fins de exploração sexual, receba entre 5.000 e 7.000 mil crianças traficadas do Nepal (ECPAT, 2006), sendo forçadas a trabalhar nos bordéis e “*nightclubs*” de Calcutá e Mumbai. *International Labour Organization* (ECPAT, 2006), estima que 15% dos estimadas 2.3 milhões de trabalhadoras (es) do sexo na Índia sejam crianças exploradas sexualmente em bordéis, nightclubs, salões de massagem, salões de beleza, hotéis, “*escort services*”, casas privadas (*Madhu Chakra*), estações de trem, estações de ônibus, ruas, parques

públicos entre outros. De acordo com *National Human Rights Commission* (ECPAT, 2006) próximo de 50% das crianças traficadas dentro da Índia encontram-se entre os 11 e 14 anos e são submetidas a abusos físicos e sexuais e muitas vezes mantidas em condições similares a escravidão.

Forçadas a servir uma média de 7 clientes por dia, debilitadas do poder de escolha no uso de contraceptivos, entrevistas com crianças meninas traficadas para fim de exploração sexual (ECPAT, 2006) indicam severos impactos na saúde das mesmas, apresentando 32.3% das respondentes infectadas com algum tipo de doença sexualmente transmissível e outros problemas ginecológicos. Altamente vulnerável, a criança vítima de tráfico para fins de exploração sexual, muitas vezes, sem ao menos possuir documento legal de identificação, encontra-se facilmente exposta a ameaças de apreensão pelas autoridades, extorsão, detenção e deportação (entre outros). Ressalta-se que a incidência de uma “re-trafficção” de crianças já resgatadas deste são altas. O tráfico de crianças meninas para casamentos também são de significativa prevalência. A situação parece alarmante no país.

2.1.3. Casamento de crianças

O conceito de casamento enquanto um dever sagrado e uma cerimônia ao invés de uma conveniência e preferência pessoal, tão rico e valorizado na Índia, segundo Sagade (2005) tem relação integral e direta com a herança cultural e tradicional indiana. Segundo a mesma autora, dado legado sócio histórico enraíza-se na estrutura social patriarcal da nação, a instaurar primordialmente o casamento como uma responsabilidade primária esperada de cada um dos componentes de uma estrutura familiar, para além de assumir caráter social quase mandatário.

Majoritariamente organizado pelos pais, o casamento arranjado na Índia é prática comum a qual assume cifras notáveis. Neste, o casal é na maior parte das vezes composto por uma diferença de idade entre ambos os géneros, a ser o sujeito mais velho a figura masculina. Ao invés de combinado entre dois sujeitos, o casamento indiano também frequentemente assume a particularidade de ser arranjado entre duas famílias, as quais selecionam cuidadosamente, e pautados em algumas premissas, o futuro (a) companheiro (a) de seus filhos.

Ainda com uma particularidade a mais, o casamento na Índia sofre influências de fatores económicos. É desta forma que se faz necessário que os pais do sujeito feminino façam certa oferta (em dinheiro ou bens materiais) ao noivo e a família deste para que o casamento possa se efetuar. Importante ressaltar que uma vez que se assume o fato de sujeitos homens mais velhos pertencerem a um grau de escolaridade mais avançado, a presente oferta tem seu valor aumentado conforme a idade mais avançada da futura noiva, uma vez que a lógica do dowry se pauta na premissa de quanto maior a educação, maior o dowry (Sagade, 2005). Dada prática é assim conceitualizada como dowry e se reconhece na literatura que esta, por pautar-se nas bases de uma sociedade patriarcal e por razões económicas, torna-se uma das grandes causas do casamento de crianças meninas. A concluir-se que, segundo Segade (2005) o sistema de dor perpetua na Índia o casamento de crianças meninas.

O casamento de crianças é um fenómeno mundial. Uma vez que o casamento legitima socialmente as relações sexuais dentro desta união (Segade, 2005), o casamento de crianças se apresenta como uma facilidade de acesso a relações sexuais com as mesmas, as quais se estabelecem como parceiras sexuais de seus companheiros. Frequentemente arranjado e negociado com finalidades financeiras, o casamento de crianças pode ser categorizado, segundo ECPAT (2009), como uma forma de exploração sexual comercial de crianças, além de ser prática (ilegal) ainda presente na Índia e em outros países.

Uma problemática jurídico-social associada aos direitos humanos, em especial aos direitos da criança, o casamento na infância é um problema de significativa prevalência no mundo, a afetar majoritariamente a população infantil feminina (Sagade 2005; UNICEF, 2012). Segundo estudo UNICEF (in Sagade, 2005) a percentagem da população de meninas das quais já se encontram casadas na adolescência encontra seu maior número na África Subsariana (74% na República Democrática do Congo, 50% em Mali, 57% Níger, 50% Uganda), a passar pela Ásia (48% em Bangladesh, 42% no Nepal, 38% na Índia), Oriente Médio (28% no Iraque, 24% Iemen) e América Latina (29% Cuba, 24% Guatemala). Soma-se ainda o fato de muitos casamentos não serem registrados, a conferir suspeita sobre a inexatidão das estatísticas.

De acordo com dados da UNICEF (2012) calcula-se que na Índia 23 milhões de meninas enfrentam um casamento na infância, o que entre 2005 e 2006 equivalia a 47% da

população de *child brides* no grupo etário entre 20-24 anos¹³, a significar aproximadamente uma em cada duas mulheres deste grupo. Em alguns estados do país, como Bihar, Jharkand, Madhya Pradesh, Rajasthan, Uttar Pradesh e West Bengal, a percentagem de mulheres identificadas como crianças noivas ultrapassa os 50%, a atingir seu pico em Bihar que contribui com 68% de noivas crianças (UNICEF, 2012) para o país. É deste modo que, de acordo com o mesmo relatório, a Índia torna-se responsável por contribuir com 40% das noivas crianças do mundo.

De acordo com *Study on Child Abuse* (2007), dos níveis severos ou outros do ASC, cita-se que da população total de crianças respondentes (12,447), 20.90% reportaram ter sofrido abusos sexuais severos, a constar-se, dentro desta população, um total de 57.30% de meninos, e 42.70% de meninas. Um total de 50.76% acusam terem sido vítimas de outras formas de abuso sexual. De entre essa população, 53.07% é composta pelo sexo masculino, e 46.93% do sexo feminino. Ressalta-se que neste grupo mais de 50% dos respondentes relatam ter sofrido o abuso em mais de duas formas distintas (categorias) dentro da mesma variável (*Study on Child Abuse*, 2007).

¹³ As medidas de incidência relativas a percentagem de noivas crianças existentes em população feminina é, segundo UNICEF (2012) mundialmente calculada em estudos retrospectivos no grupo feminino de faixa etária 20-24 anos.

2ª PARTE - Estudo Empírico

1. Introdução

A fim de elaborar um programa de prevenção primária ao abuso sexual infantil na Índia, este estudo tem como objetivo a compreensão da informação acerca do abuso sexual de crianças em um grupo de estudantes universitários e profissionais licenciados do país. Dado programa de prevenção pertence a um projeto social do sul da Índia o qual oferece cursos de formação profissional por meio de uma educação tecnológica. O projeto em questão ainda pauta-se no uso pioneiro da técnica de *computer- human interaction* no processo ensino-aprendizagem na área de educação profissional e de habilidades de vida.

A fazer uso de um questionário construído para o efeito, esta investigação pretende alcançar dois objetivos específicos: (1) estudar as qualidades psicométricas do questionário construído sobre ideias acerca do ASC; (2) apresentar as informações sociais dominantes sobre o abuso sexual de crianças a servir de base para a criação do projeto de prevenção primária.

2. Método

2.1. Participantes

Responderam ao questionário 228 participantes, dos quais 9 foram excluídos devido à elevada percentagem de *missings values* (maior que 20%) verificadas em seus questionários. Deste modo a amostra é composta por 219 indivíduos com idades compreendidas entre os 18 e os 56 anos ($M= 21,24$; $DP= 5,19$), dos quais 89,1% pertencentes ao sexo feminino ($n=188$).

A amostra deste estudo integra dois grupos de participantes: 79% dos quais são estudantes universitários ($n=173$) e 21% profissionais licenciados ($n=46$). Ambos os grupos pertencem a uma mesma universidade localizada no sul da Índia. Todos os estudantes universitários deste estudo são mulheres e os profissionais pertencem ao género feminino (15) e masculino (23).

Tabela 1. Distribuição da amostra prevista por gênero e formação profissional.

| Participantes (N=219) | N (%) |
|------------------------------|--------------|
| Sexo | |
| Masculino | 23 (10,9%) |
| Feminino | 188 (89,1%) |
| Formação profissional | |
| Profissionais licenciados | 46 (21%) |
| Estudantes Universitárias | 173 (79%) |

2.2. Instrumento

Utilizou-se no presente estudo um questionário de conhecimento social relativo ao abuso sexual de crianças construído para o efeito. Dado instrumento foi avaliado em uma escala do tipo Linkert de 5 pontos (1 - Concordo plenamente, 2- Concordo, 3 – Não concordo nem discordo; 4 – Discordo, 5 – Discordo plenamente) em que se apresenta a vários indivíduos uma lista de questões pedindo-lhes apenas para avaliar seu grau de acordo e desacordo com os itens em uma escala simétrica (Mucchielli, 1975).

O instrumento nomeado inicialmente Pre- Survey 2 (PS2) é constituído por 31 itens. Estes itens se relacionam principalmente com as nove categorias essenciais estabelecidas pelo estudo como premissas de investigação ao ASC: 1) Definição do conceito; 2) Epidemiologia do fenómeno; 3) Causas; 4) Consequências; 5) Compreensão a respeito da Víctima; 6) Compreensão a respeito do Ofensor Sexual Infantil; 7) Estratégia para prevenção; 8) Estratégia para intervenção; 9) Aspectos socioculturais relacionados ao ASC.

O questionário de identificação de conhecimento social relativo ao abuso sexual infantil utilizado pela investigação representa um recurso instrumental o qual permite a identificação

do conhecimento social ao redor da problemática no país. Dado reconhecimento, advindo da análise de resultados, servirá ao aperfeiçoamento do curso de sensibilização ao ASC desenvolvido pelo projeto social no qual dada investigação se inseriu.

2.3. Procedimento

Os procedimentos desta investigação subdividem-se em procedimentos de seleção de participantes, de recolha de dados e em procedimentos de tratamento de dados.

2.3.1. Procedimento de seleção

Dada pesquisa utilizou 4 critérios para a seleção de sua amostra: 1) Maturidade emocional para lidar com o tópico Abuso Sexual Infantil a seguir critérios de idade e conhecimento de perfil psicológico operacionalizados pelos responsáveis institucionais; 2) Habilidades orais e escritas em inglês¹⁴; 3) Acessibilidade da amostra; 4) Semelhante localidade da população alvo do projeto social em questão. Todos os critérios foram pré-avaliados pelos responsáveis institucionais quando da seleção dos participantes. A considerar a sensibilidade relacionada a temática do abuso sexual de crianças, exponenciada pelo contexto cultural e social indiano de repressão moral sobre assuntos relacionados a sexualidade, um pré-teste foi realizado como etapa necessária de investigação e adequação de instrumento.

A recolha de dados foi efetuada junto a uma amostra que se constituiu ao longo de um processo particular de seleção de participantes. Assim, os primeiros participantes foram selecionados em função da proximidade e disponibilidade (mulheres do Estado de Kerala, falantes de Malayalam). A partir desta dos dados recolhidos e de informantes-chave foram-se identificando novos alvos pertinentes. O tamanho global da amostra teve também em conta o número de itens do questionário. A amostra foi dividida em quatro grupos selecionados de acordo com as demandas da investigação. Nomeadamente: (1) Grupo 1, 13 profissionais licenciados, coletado em 13/03/2013; (2) Grupo 2, 5 profissionais

¹⁴ A considerar que o inglês é uma das línguas oficiais do país e consideravelmente utilizada nas instituições educacionais apesar dos vários idiomas e dialetos locais existentes.

licenciados, coletado em 14/03/2013; (3) Grupo 3, 182 estudantes universitárias, coletado em 21/03/2013; (4) Grupo 4, 28 profissionais licenciados, coletado em 1/04/2013.

Tabela 2. Distribuição da amostra por descrição de grupos e data de recolha.

| Grupo | Descrição | Data recolha | N |
|-------|---------------------------|--------------|-----|
| 1 | Profissionais licenciados | 13/03/2013 | 13 |
| 2 | Profissionais licenciados | 14/03/2013 | 5 |
| 3 | Estudantes Universitárias | 21/03/2014 | 182 |
| 4 | Profissionais licenciados | 01/04/2014 | 28 |

O primeiro grupo foi constituído por 13 profissionais universitários. Devido ao fato deste ser o primeiro da coleta, dado grupo foi criteriosamente selecionado pelos chefes de seus departamentos a pedido da investigação, a ter como critério principal de escolha a maturidade emocional do sujeito-participante em lidar com o tópico Abuso Sexual Infantil. A pedido do responsável pelas Relações Institucionais e Internacionais da Universidade em questão, o grupo 2 foi formado por 5 profissionais universitários. Ficou pré-estabelecido que este grupo seria responsável pela autorização a coleta seguinte com as estudantes universitárias. Devido a aprovação do mesmo, seguiu-se para coleta juntamente com o grupo 3, composto exclusivamente por estudantes universitárias. O grupo em questão se reuniu no salão de seu prédio de alojamento e foi integrado por 182 estudantes. Todos os grupos compostos por profissionais foram reunidos em seu ambiente de trabalho, local onde foram coletados os questionários.

Ao tomar conhecimento sobre o *Awareness course on Child Sexual Abuse* oferecido aos 3 últimos grupos, uma sessão extra foi especialmente organizada para os profissionais que manifestaram livre interesse em tomar parte da investigação. O grupo 4 desta forma fora estruturado por 28 profissionais universitários.

Relativo a organização e permissão para coleta junto aos grupos, a presente investigação estruturou-se do seguinte modo: (1) em um primeiro momento foi pedido uma audiência prévia com o responsável pelos departamentos dos profissionais, a ser concedida a autorização para apresentação do curso e coleta com os mesmos; (2) com objetivo de garantir autorização de coleta com as estudantes universitárias, em segundo momento foi pedido uma audiência com o responsável pelas Relações Institucionais e Internacionais, em dada ocasião foi explicado o objetivo e procedimento do estudo, bem como realizada a apresentação completa do estudo nos mesmos moldes do original; (3) A pedido do responsável pelas Relações Institucionais e Internacionais, em terceiro momento seguiu-se para apresentação completa do estudo nos mesmos moldes do original e coleta de dados com um grupo de professores *seniors*, o qual ao mesmo tempo que compôs a amostra, autorizou a investigação a prosseguir com as estudantes. Em todas as coletas o consentimento informado dos participantes foi solicitado.

2.3.2. Procedimento de Recolha de Dados

Devido a sensibilidade da temática e aspectos socioculturais relacionados a este, todos os questionários desta investigação foram autoadministrados.

A recolha de dados foi integrada a 3 outros instrumentos complementares ao da investigação. O procedimento de recolha de dados ocorreu durante 4 sessões oferecidas pelo projeto social em questão e intituladas *Awareness Session on Child Sexual Abuse*. Cada sessão oferecida pela investigação teve a duração de aproximadamente duas horas a servir de facilitadora a coleta de dados. A contar ser a sessão organizada em 6 partes: (1) Apresentação do Projeto; (2) Primeira recolha de dados, por meio do questionário qualitativo baseado na técnica de associação livre nomeado *Pre-Survey 1 (PS1)*; (3) Segunda recolha de dados, por meio do questionário quantitativo nomeado *Pre-Survey 2 (PS2)*; (4) Apresentação audiovisual estruturada em *Power Point* (1h) facilitada pela investigadora; (5) Terceira coleta de dados por meio do questionário qualitativo baseado na técnica de associação livre nomeado *Post-Survey (PO)*; (6) Abertura para discussão e finalização.

De se sublinhar que a ideia inicial a esta investigação pautava-se em produzir o estudo de todos os instrumentos complementares, em adição ao que se utilizou nesta investigação. No entanto, devido a independência do desenho dos instrumentos e por questões práticas

de espaço e tempo, considerou-se inviável o uso de todos os instrumentos nesta investigação. A serem os outros dados recolhidos analisados em estudo paralelos posteriores.

2.3.3. Procedimento de Tratamento Dados

Para todas as análises de dados realizadas no presente estudo foi utilizado o *Statistical Package For Social Sciences* (IBM SPSS – versão 20) nomeadamente para a realização da Análise Fatorial Exploratória (análise em componentes principais).

O objetivo final desta técnica baseia-se em reduzir a complexidade dos dados por meio da redução de um grande grupo de variáveis em um menor conjunto das mesmas, a produzir desta forma fatores que justifiquem a correlação observada entre as variáveis. A AFE é, segundo Brown (2006 in Damásio, 2012), conduzida na Psicologia quando: a investigação não possui uma teoria prévia subjacente ou evidências empíricas suficientes que explicitem como os itens de determinados instrumentos deverão ser associados e avaliados. Desta forma facilita-se a interpretação de dados, o foco nos fatores chaves da investigação, a alojar-se as variáveis em categorias mais significativas a esta (Young & Pearce, 2013).

3. Considerações Éticas

A investigação procurou pelo consentimento para recolha de dados junto a Universidade participante bem como o consentimento informado de todos os participantes antes do início de sua coleta de dados. A presente investigadora explanou sobre o objetivo do estudo aos participantes no início de cada sessão. Em dado momento também forneceu-se a informação necessária sobre a investigação, a deixar claro ser a participação nesta um processo confidencial e voluntário. Todos os participantes foram informados quanto a possibilidade de retirada de participação em qualquer fase da investigação.

A fim de respeitar o princípio geral da beneficência e não-maleficência, a primar assim pelo bem-estar dos participantes na investigação, informou-se da existência de uma equipe de apoio disponível para esclarecimentos de eventuais dúvidas e suporte emocional/psicológico para a coleta realizada com as estudantes universitárias. Após a

avaliação de potenciais riscos a coleta, dada equipe foi composta em sua totalidade por estudantes *seniors* previamente preparadas pela investigação com o objetivo de auxílio para casos de ocorrências de incidentes psicológicos (ao que concerne o acesso a memórias relativas ao ASC de possíveis vítimas entre as participantes ou afins). O grupo de apoio se fez presente no dia sessão de sensibilização e recolha de dados com as estudantes, a contar também como suporte logístico a investigação. A orientação prévia por meio de reuniões com dada equipe de apoio foi efetuada pela investigação, momento em que o projeto e a temática foram abordados e instruções a respeito de como proceder em casos de incidentes psicológicos que o estudo pudesse despertar foram fornecidas.

A fim de respeitar o que se observou como contexto da cultura indiana e tradição local¹⁵ e ir deste modo de encontro a sugestão dos responsáveis pelos estudantes universitários, a apresentação do curso de sensibilização e a recolha de dados teve como critério a divisão de grupo por género. Inicialmente planejava-se a recolha de dados conjunta, no entanto, a seguir restrições do contexto e posteriormente de tempo, optou-se apenas pela população feminina estudantil. Deste modo, a pesquisa entre as estudantes universitárias foi realizada apenas por mulheres (corpo de investigação e apresentação e suporte ao projeto) e somente entre o género feminino, a contar com o mínimo de apoio técnico masculino necessário (composto por dois profissionais da equipe de tecnologias de informação e responsável por questões técnicas audiovisuais).

Ainda ao que concerne a sensibilidade do tema exponenciados por alguns traços cultura e sociedade indiana, cuidados socioculturais a parte foram tomados em relação a abordagem dos instrumentos e do conteúdo teórico da apresentação. Adiciona-se assim a ocorrência da consulta, a apropriação de conteúdo temático e abordagem de instrumentos, a um dos componentes do grupo *Expert Comitee* do projeto social em questão. Dado profissional encontra-se inserido nos trabalhos de campo de serviço social com as comunidades regionais e nacionais do país, a ainda representar trabalhos da universidade

¹⁵ Em que se observa o costume de separação de grupos por géneros em ambientes formais de aprendizagem e outros (separação de mesas e lados do ambiente de restauração para homens e mulheres, filas separadas por género para pagamento na cantina, horários separado por género para uso de espaços de ginásio, alojamento estudantil separado por géneros, autocarros e combóios com reserva de vagões especial para o público feminino, etc).

em questão e a instituições de cunho social que se estende a ela. Além de ter sido exposto a uma primeira apresentação, o profissional em questão organizou um segundo evento a fim de aprofundar o refinamento do que fora solicitado pela investigação e assim coletar o maior número de críticas para ajustes do estudo. Em dada ocasião, a apresentação foi facilitada por uma voluntária universitária falante da língua nativa (preparada pela investigação) para com o grupo de mulheres regionais. Por questões concernentes a língua e logística, não foram coletados dados nesta apresentação do curso de sensibilização.

4. Apresentação e Análise dos Resultados

4.1. Resultados Psicométricos: Sensibilidade, Validade e Fidelidade

Com o objetivo de analisar as qualidades psicométricas do questionário de informação e opinião em relação ao abuso sexual de crianças no sul da Índia foram realizadas análises relativas à sensibilidade, validade e fidelidade dos resultados obtidos junto a uma amostra só de estudantes universitários (N=173).

Procedeu-se à apreciação da sensibilidade dos itens individuais através da análise de frequências absolutas e percentuais das respostas de cada item. No sentido de verificar a fidelidade do instrumento, foram efetuadas análises da consistência interna para cada escala e dimensão que constituem o instrumento, através do *alpha* de Cronbach.

Ao verificar que todos os itens variam entre o ponto máximo e mínimo da escala, com exceção de dois itens (3 e 7) em que o máximo é 4 em vez de 5, observa-se uma manifestação de um leque alargado de valores ao nível da sensibilidade do instrumento.

Começámos por analisar as dimensões subjacentes ao questionário no grupo homogéneo de estudantes (que são todas do género feminino). Para uma exploração da estrutura subjacente ao questionário, recorreu-se a uma análise de componentes principais e tendo em conta o teor dos itens e que dos trinta e um, vinte e nove apresentam uma correlação significativa positiva com o total, optou-se pela rotação *oblimin* através da qual foram extraídos duas dimensões explicativas de 23,7% da variância total.

A compreender que segundo a argumentação de alguns autores não exista construto

psicológico que não esteja relacionado com outros construtos psicológicos, a opção por método oblíquos se explica pelo fato que dadas rotações permitirem que os fatores sejam correlacionados entre si (Damásio, 2012) ao contrário das rotações ortogonais que assumem serem os fatores extraídos independentes uns dos outros. Na tabela a seguir apresenta-se a tipologia 1 sobre o carregamento das variáveis para os fatores relacionados. Dada matriz contém coeficientes ou cargas para expressar um item em termos do fator. Apresenta-se também a tabela de comunalidades, ou seja, a proporção de variância de uma variável que é compartilhada com os fatores comuns.

Tabela 3. *Loadings* dos Itens nos dois fatores, comunalidades e percentagem da variância explicada por cada fator.

| Itens | F1 | F2 | Comunalidades |
|--|-------------|-------------|---------------|
| 1.Child Sexual Abuse is something that people shouldn't talk about it. | -0,00 | 0,33 | 0,11 |
| 2.Child Sexual Abuse cases shouldn't be disclosed and should be kept in silence. | 0,00 | 0,22 | 0,05 |
| 3.Child Sexual Abuse is something that happens just with poor children. | 0,44 | 0,35 | 0,37 |
| 4.Child Sexual Abuse is something that rarely happens. | 0,39 | 0,23 | 0,24 |
| 5.Child Sexual Abuse happens just with girls. | 0,53 | 0,11 | 0,32 |
| 6.Child Sexual Abuse happens just with boys. | 0,35 | 0,21 | 0,19 |
| 7.Child Sexual Abuse happens just once | 0,30 | 0,41 | 0,30 |

in a child's life.

| | | | |
|--|-------------|-------------|------|
| 8. Babies are not sexually abused. | 0,33 | 0,26 | 0,20 |
| 9. The person who is sexually abusing a child is ill in his/ her mind and needs psychological treatment. | 0,46 | -0,26 | 0,24 |
| 10. The person who is sexually abusing a child is a monster. | 0,29 | -0,05 | 0,08 |
| 11. The person who is sexually abusing a child uses force for sexually abuse a child. | 0,42 | -0,12 | 0,18 |
| 12. The person who is sexually abusing a child comes often from a low class of society. | 0,56 | -0,04 | 0,30 |
| 13. The person who is sexually abusing a child is always a man. | 0,66 | -0,17 | 0,43 |
| 14. The person who is sexually abusing a child is always a woman. | 0,44 | 0,02 | 0,20 |
| 15. Child's prostitution is not Child Sexual Abuse. | 0,08 | 0,26 | 0,08 |
| 16. Exposing a child to a sexual situation is not Child Sexual Abuse. | 0,03 | 0,43 | 0,19 |
| 17. Child Sexual Abuse never happens at home. | 0,34 | 0,55 | 0,48 |

| | | | |
|--|-------------|-------------|------|
| 18.Child Sexual Abuse usually happens at dangerous and empty places. | 0,49 | -0,04 | 0,23 |
| 19.The person who is sexually abusing a child is always a stranger, someone that the child doesn't know. | 0,61 | 0,32 | 0,54 |
| 20.The person who is sexually abusing a child is always someone that a child knows. | 0,37 | 0,07 | 0,15 |
| 21.The person who is sexually abusing a child is never family. | 0,34 | 0,31 | 0,25 |
| 22.Child Sexual Abuse has not so many consequences. | 0,01 | 0,60 | 0,37 |
| 23.Child Sexual Abuse has a lot of consequences for the child and the future adult. | -0,33 | 0,50 | 0,31 |
| 24.It is easy for a child to talk about Child Sexual Abuse. | -0,06 | 0,34 | 0,11 |
| 25. Mothers are always believing in their children once they talk about a sexual abuse. | 0,36 | -0,06 | 0,12 |
| 26. Would be easier to prevent Child Sexual Abuse if there was sex education classes at school. | -0,36 | 0,57 | 0,39 |
| 27.If people would talk more about sex Child Sexual Abuse could be better | -0,08 | 0,45 | 0,19 |

| | | | |
|--|-------------|-------------|------|
| prevented. | | | |
| 28. Talking about sex can never prevent Child Sexual Abuse. | -0,01 | 0,42 | 0,17 |
| 29. Child Sexual Abuse is a family problem and should be kept inside the family only. | 0,05 | 0,33 | 0,11 |
| 30. It doesn't matter what the elders behaviour are, if they sexually abuse a child we should respect them and not talk about the abuse. | 0,17 | 0,17 | 0,06 |
| 31. A child sexual offender can never be the child's own father. | 0,36 | 0,30 | 0,25 |

| | | |
|--------------------------|-------|-------|
| Variância Explicada | 15,6% | 8,1% |
| <i>Alpha</i> de Cronbach | 0,78% | 0,61% |

O fator 1 explica 15,6% da variância global e o fator 2 explica 8,1% da mesma. Ambos os fatores são compostos por afirmações que tocam as questões relacionadas ao conhecimento social a respeito dos conceitos de definição do abuso sexual de crianças, nomeadamente: 1) Definição do conceito; 2) Epidemiologia do fenómeno; 3) Causas; 4) Consequências; 5) Compreensão a respeito da Vítima; 6) Compreensão a respeito do Ofensor Sexual Infantil; 7) Estratégias para prevenção; 8) Estratégias para intervenção; 9) Aspectos socioculturais relacionados ao ASC.

O fator 1, denominado *falta de informação*, é composto por 17 itens o qual inclui: 3, 4, 5,

6, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 18, 19, 20, 21, 25, e 31. Dados itens relacionam-se com (des) conhecimentos sociais relativos a falta de informação que se tem a respeito do abuso sexual de crianças. Quanto mais elevado o valor obtido, menos informação o sujeito revela. No fator 2, denominado *desvalorização do abuso* encontram-se incluídos 14 itens: 1, 2, 7, 15, 16, 17, 22, 23r, 24, 26r, 27r, 28, 29 e 30. Dados itens referem-se a conhecimentos sociais os quais tendem a desvalorizar o abuso sexual de crianças enquanto ocorrência de relevância. Quanto mais elevado o valor maior a desvalorização da problemática.

Os itens acompanhados pelo “r” apresentam uma direção contrária, ou seja, tiveram que ser recodificados e cotados inversamente, para que o 1 passasse ao 5, 2 a 4, 3 permanecesse 3, 4 a 2 e 1 a 5. Este facto permitiu que a nível prático, o sujeito pensar antes de responder e não naturalmente automatizar as respostas.

Através da análise do coeficiente de *Spearman* foi possível concluir a existência de uma correlação positiva significativa entre os dois fatores: $r_{sp}=0,38$ ($r=.33$) $p < 0,01$. De se sublinhar o facto do fator informativo e o fator valorativo aparecerem positivamente correlacionados, sugerindo que os dois aspectos estão associados. Os indivíduos menos informados são também os que mais desvalorizam o problema e vice-versa.

O questionário revelou um nível da consistência interna aceitável, com *alpha* de Cronbach de 0,78. Os coeficientes de *alpha* de Cronbach para ambos os fatores, mostram também níveis aceitáveis de consistência interna, sendo claramente mais elevado no fator 1 ($\alpha = 0,78$) do que no fator 2 ($\alpha = 0,61$).

4.2. Apresentação dos resultados descritivos do estudo com o grupo global de participantes.

4.2.1. Sensibilidade e fidelidade dos resultados obtidos

Com o objetivo de analisar estatisticamente os resultados do questionário de informação e conhecimento social em relação ao abuso sexual de crianças na Índia foram então realizadas análises relativas à sensibilidade, validade e fidelidade dos resultados obtidos junto a amostra completa (N=219).

No sentido de verificar a fidelidade do instrumento, foram efetuadas análises da consistência interna para a escala e cada dimensão desta que constituem o instrumento,

através do *alpha* de Cronbach o qual evidencia um elevado nível de consistência interna ($\alpha=0,80$).

Em um momento inicial, procedeu-se à apreciação da sensibilidade dos itens individuais através da análise de frequências absolutas e percentuais das respostas de cada item. Foi analisada a amplitude total de cada um dos 31 itens, de acordo com as respostas dadas pela amostra completa, tendo-se verificado que para dada amostra todos os itens apresentam uma amplitude de 1 a 5. Por outras palavras, foi atingida uma amplitude máxima para todos os itens do questionário, a verificar-se que todas as opções de resposta foram selecionadas, o que revela itens sensíveis à diversidade de posições individuais (cf. Tabela em Anexo 2).

Procedeu-se mais uma vez à análise da consistência interna de cada fator pelo cálculo de *alpha* de Cronbach, considerado o método de análise mais adequado para escalas do tipo Likert (Cortina, 1993, Cronbach, 1998 in Lopes, 2009). Os coeficientes de *alpha* de Cronbach para ambos os fatores, mostram também níveis aceitáveis de consistência interna, sendo claramente mais elevado no fator 1 ($\alpha = 0,78$) do que no fator 2 ($\alpha = 0,60$).

4.2.2. Descrição do conhecimento social sobre abuso sexual de crianças

Nesta parte serão descritos a relação dos itens do questionário de conhecimento social a respeito do abuso sexual de crianças e seu grau de concordância por parte dos participantes (cf. Tabela em anexo).

A média global de conhecimento é de 2,20 (DP=0,36). Os dados mostram que há médias distintas no que se refere a cada uma das dimensões. Assim, a “falta de informação” apresenta uma média global de 2,48 e (DP=0,48) enquanto que para a “desvalorização do abuso” verifica-se uma média global de 1,85 (DP=0,38). A ressaltar que dada leitura deve ser feita em semelhança a leitura da escala, isto é, quanto maior o valor, menos informação se tem sobre o ASC e/ ou mais se desvaloriza a problemática.

4.2.3. Características do conhecimento social sobre abuso sexual de crianças em Função de variáveis sociodemográficas

No que concerne a média por sexo e formação profissional, o questionário apresenta uma média global de 1,96 para o sexo masculino (DP= 0,34) e 2,21 para o feminino (DP= 0,36). Como dada média representa um conjunto de duas dimensões referentes a falta de informação e desvalorização do problema, poder se dizer que o valor da média total indica o grau de informação (quanto menor o valor, maior o grau de informação) e valorização desta problemática (quanto menor o valor, maior a valorização).

Verifica-se aqui a existência de diferenças significativas face ao conhecimento social sobre o ASC entre os géneros, $t(209) = -3,185$, $p=0,002$, a apontar o género feminino possuir um maior conhecimento social sobre a problemática do que o género masculino. Em adição, verifica-se para os profissionais licenciados universitários a média global de 2,11 (DP= 0,40) enquanto para os estudantes, uma média total de 2,22 (DP=0,35). Constata-se que não há diferenças significativas face ao conhecimento social entre os profissionais licenciados universitários e as estudantes universitárias, $t(217) = -1,94$; $p=0,054$.

Tabela 4. Distribuição descritiva da amostra prevista por género e formação profissional, média e desvio padrão.

| | M | DP |
|------------------------------|------|------|
| Sexo | | |
| Masculino | 1,96 | 0,34 |
| Feminino | 2,21 | 0,36 |
| Formação profissional | | |
| Profissionais licenciados | 2,11 | 0,40 |
| Estudantes Universitárias | 2,22 | 0,35 |

Ao que se refere à dimensão “informação”, a média deste por género é de 2,17 (DP=0,40) para homens e 2,51 (DP=0,48) para mulheres. Em relação a formação profissional, 2,31 (DP=0,46) é média para o grupo de profissionais licenciados e 2,53 (DP=0,47) para o grupo de estudantes universitárias.

Verifica-se a existência de diferenças significativas ao nível género entre os dois grupos, $t(209) = -3,26$; $p=0,001$, a constatar-se o género feminino indicar possuir menor informação que o género masculino. Em adição, ainda sobre a mesma dimensão da escala, observa-se que há diferenças significativas ($t(217) = -2,78$, $p=0,006$) entre o grupo de profissionais universitários e o grupo de estudantes, a indicar o grupo de estudantes possuir um menor nível de informação. Desta forma, dados resultados significativos sugerem que ser do sexo feminino e ser estudante se reflete em um nível menor de informação sobre o abuso sexual de crianças.

Duas são as hipóteses levantadas pela investigação para isso: (1) o fator idade relacionado a formação escolar (no caso da diferença significativa com o grupo com formação profissional), a indicar uma provável falta de informação devido ao fato de serem as estudantes mais novas e menos educadas que o grupo de profissionais em comparação; (2) o fator socialização masculina (relativo ao género), a indicar que a população masculina sofra em menor quantidade de falta de informação devido a possíveis indicações ao fato da sexualidade e abuso sexual entre homens ser assunto mais discutido do que entre as mulheres.

Referente a média da dimensão “desvalorização” por género, observa-se ser 1,71 (DP=0,34) a média para homens e 1,85 (DP=0,38) a média para mulheres, a não se verificar diferenças significativas entre os dois grupos $t(209) = -1,70$; $p=0,091$. A respeito da formação profissional, obteve-se a média de 1,86 (DP=0,39) para os profissionais universitários licenciados enquanto relativo as estudantes universitárias verifica-se a média de 1,85 (DP=0,38) a não se verificar mais uma vez diferenças significativas entre os grupos $t(217) = 0,14$; $p=0,889$. Os resultados sugerem então que em relação ao nível de desvalorização do abuso sexual de crianças ser do sexo masculino ou feminino e possuir diferente formação universitária não faz diferença. De ressaltar que todos os resultados relativos às diferenças entre os grupos (de género e formação) são referidos apenas como exploratórios e tendenciais devido às grandes diferenças na constituição dos grupos a nível

do número de participantes em cada um e à distribuição por sexo.

Tabela 5. Distribuição descritiva dos fatores por gênero, média e desvio padrão.

| | F1 | | F2 | |
|------------------------------|------|------|------|------|
| | M | DP | M | DP |
| Global | 2,48 | 0,48 | 1,85 | 0,38 |
| Sexo | | | | |
| Masculino | 2,17 | 0,40 | 1,71 | 0,34 |
| Feminino | 2,51 | 0,48 | 1,85 | 0,38 |
| Formação profissional | | | | |
| Profissionais licenciados | 2,31 | 0,46 | 1,86 | 0,39 |
| Estudantes Universitárias | 2,53 | 0,47 | 1,85 | 0,38 |

A considerar que os participantes do sexo masculino pertencem exclusivamente ao grupo de profissionais universitários licenciados, julga-se de importância explorar posteriormente se entre os grupos as diferenças devem-se mais ao gênero ou à formação.

5. Discussão dos resultados

Da leitura e análise dos resultados constatam-se regularidades e particularidades. Como na apresentação dos resultados já foram incluídas algumas interpretações e comparações com outros estudos, neste ponto salientam-se as discussões sob os resultados mais pertinentes ao estudo, organizando a informação em dois pontos: (1) análise em relação a sensibilidade dos itens e suas frequências mais elevadas no ponto da escala, em que se discutem os indicadores de conhecimento social acerca do ASC por meio

da medida de tendência central moda de cada item; (2) análise de cada uma das dimensões da escala onde se reflete acerca de seu conteúdo a relativo ao conhecimento social a respeito do abuso sexual de crianças e se analisam os níveis de informação e de valorização encontrados nesta amostra.

5.1. Interpretação relativa a sensibilidade dos itens e frequência na escala

Relativamente à sensibilidade dos itens, constata-se que estes são sensíveis, sendo que em todos a amplitude variou do ponto máximo ao ponto mínimo da escala (de 1 a 5). De referir que 23 itens concentram as respostas de completa discordância (ponto 1 da escala) e discordância (ponto 2 da escala) juntos, enquanto 4 itens remetem-se a neutralidade ou isenção de concordância ou discordância (ponto 3 da escala), 2 a concordância (ponto 4 da escala) e 2 a completa concordância (ponto 5 da escala).

O total da escala deverá ser lido como: quanto mais elevada (próximo ao ponto 5) mais desadequada e lacunar é a informação sobre o tema e, inversamente, quanto mais baixo o valor (próximo ao ponto 1) do total, menos falta de informação ou desadequação na informação manifesta o respondente.

Verifica-se assim que a informação sobre o abuso sexual de crianças é adequada em 23 itens do questionário (14 no ponto 1; 9 no ponto 2), a tornar-se intensamente mais lacunar (pontos 3 a 5) em apenas alguns pontos do questionário, nomeadamente 4 itens (2 itens no ponto 4 e 2 itens no ponto 5). Encontramos o que a investigação optou por nomear de informação *vaga*, pelo fato de encontrar-se no ponto 3 da escala, indicação de neutralidade ou abstinência voluntária de resposta, 4 itens no ponto 3 da escala. A seguir discorreremos sobre cada tipologia de informação de acordo com a sensibilidade e ponto na escala.

5.1.1. Informação adequada (pontos 1 e 2 da escala)

No que toca à tipologia de informação adequada, observa-se 14 itens indicados no ponto 1 da escala (discordo plenamente), prospectivamente os itens: 1,2,4,6,7,8,15,16,17,22,23r,29,30,31. Dadas indicações apontam para o conhecimento que se tem sobre: (1) a importância do silêncio ao redor do abuso sexual de crianças ser quebrado, nomeadamente indicando o acordo da população a discussão a respeito da

problemática e a denúncia de caso (itens 1 e 2); (2) o conhecimento acerca da frequência da ocorrência do ASC, a contrariar o mito que o ASC é algo raro (Cromer & Freyd, 2007) e em contrapartida, saber-se que o ASC pode ocorrer com frequência ao longo da vida da vítima (itens 4 e 7); (3) o gênero da vítima, a indicar que dada população encontra-se consciente que ambos os gêneros se encontram igualmente em situação de risco e que não ocorre somente com meninos (item 6); (4) a idade da vítima, a compreender-se que dada população percebe o ASC como transversal a idade e desmitifica o fato de que este que não ocorre com bebês (item 8); (5) tipologias da exploração sexual comercial de crianças, a indicar conhecimento sobre outras formas de ASC a parte do grupo que não envolve lucro, como o abuso que é praticado com finalidades financeiras, nomeadamente a saber aqui que a prostituição infantil se encontrar incluída como forma de ASC (item 15); (6) características da situação abusiva, uma vez que a amostra inclui a exposição da criança a atos sexuais como ASC e não restringem-na apenas a situações em que há penetração (item 17); (7) características do agressor, a saber que *estranhos* não são o único grupo de risco de ofensores sexuais, a poderem ser estas figuras paternas (item 31); (8) consequências do ASC, a tocar o mito do ASC enquanto fenómeno “inofensivo” (Cromer & Freyd, 2007) e demonstrar a percepção de que há consequências ao ASC (item 22); (9) o ASC assumido como problema público, não restrito ao domínio familiar e a resolução de caso dentro de mesma (item 30).

Respectivo ao ponto 2 da escala (discordo), observa-se a indicação de 9 itens: 3,5,12,13,14,19,21,24,26r. Dadas respostas indicam que em menor grau de conhecimento, no entanto ainda inseridos na escala de informação adequada, a presente população encontra-se ciente sobre: (1) o ASC ser fenómeno transversal a NSE, a desmitificar o fato do ASC ser fenómeno de meios desfavorecidos (item 3); (2) o gênero da vítima, a indicar que dada população encontra-se consciente que ambos os gêneros encontram igualmente em situação de risco e que não ocorre somente com meninas (item 5); (3) a tipologia do agressor em NSE, a apontar para a desmistificação de agressores pertencerem apenas aos meios desfavorecidos (item 12); (4) gênero do agressor, a saber que ambos os gêneros são capazes de cometer uma ofensa sexual contra a criança (itens 13 e 14); (5) características do agressor, a saber que *estranhos* não são o único grupo de risco de ofensores sexuais, a poderem ser estes familiares (item 19 e 21); (6) a dificuldade de denúncia imediata por meio da vítima, a saber que relatar um ASC ocorrido não apresenta-se como tarefa fácil a criança (item 24); (7) a educação sexual nas escolas não facilitar a prevenção do ASC (item 26r). De

importância ressaltar que parece estranho a esta investigação dado item pertencer a dimensão em questão.

5.1.2. Informação vaga (ponto 3 da escala)

Como estabelecido nas diversas discussões a respeito das interpretações adequadas a escala de Likert, resta a dúvida se a isenção de resposta seria de fato uma neutralidade ou uma incapacidade e desconforto em se opinar sobre o assunto. De qualquer modo, julga-se de importância discorrer sobre a suspeita a respeito de dada neutralidade, desconforto ou incapacidade de respostas. Devido ao fato de serem poucos os itens relacionados a isenção de concordância ou discordância, bem como relacionados a categorias das quais se considera de relevo a investigação, resolveu-se por descrevê-los em sua integridade e discutir sobre estes com maior detalhe. Desta forma o que se compreende por isenção de concordância ou discordância envolveu os itens: 25 (38,6%), 28 (37,2%), 20 (34,3%) e 27r (33,8%).

O item 20 afirma que o ofensor sexual de crianças é sempre alguém conhecido da vítima. É deste modo que a variável relativa ao conhecimento que se tem sobre a característica do agressor como sujeito *estranho* a vítima é aqui colocada em dúvida.

O item 25 toca a uma temática delicada, a fazer emergir um assunto polêmico concernente a cultura indiana e uma sociedade patriarcal: a maternidade e o papel feminino de proteção à criança. Dada variável marca a discussão sobre a importância e responsabilidade da figura materna na intervenção ao ASC (Finkelhor, 1986) como discutido anteriormente. Dado item descreve o fato que as mães sempre acreditam em seus filhos quando estes falam sobre um episódio sexualmente abusivo na infância. Há que se notar que, interessadamente é este o item que, além de apresentar a maior percentagem de pontuação dentro seu grupo (38,6%), também apresenta maior percentagem de *missings* globais do questionário (10,5%), a indicar que nos padrões formais e informais de posicionamento (a presença/ausência de respostas assinaladas), é este o tópico que mais se destaca em termos de isenções de respostas.

Três são aqui as suspeitas para o presente resultado: (1) a falta de compreensão e clareza do item por parte dos respondentes; (2) a insegurança por parte dos respondentes em se posicionarem devido à falta de informação adequada sobre o reconhecimento do

ASC, nomeadamente aos processos de validação da palavra da vítima; (3) a influência da estrutura patriarcal na representação de responsabilidade materna a qual santifica a imagem da mãe e seu papel protetor; considera-se que dada representação possa inibir a manifestação de qualquer tipo de opinião a respeito da relação de responsabilidade/irresponsabilidade da mãe para com seu filho/a a se tratar de uma situação sexualmente abusiva na infância. A considerar que 89,1% da amostra se constitui por mulheres, em reflexões futuras, pode-se ponderar o fato desta mesma população encontrar-se em risco de desenvolver um papel materno inseguro e negligente quando da intervenção do ASC.

Os itens 27r e 28, tocam novamente a outro tópico polémico: a discussão aberta sobre sexo, sexualidade e seu papel preventivo ao ASC. O item 27 sentencia que *if people would talk more about sex, Child Sexual Abuse could be better prevented*, enquanto o item 28 afirma que *talking about sex can never prevent Child Sexual Abuse*. De se sublinhar que a percentagem de missings em ambos os itens também aparece na listagem dos 7 mais omitidos/*missings* (item 28 com 4,4%; item 27 com 5,7%). Adiciona-se ainda que apesar de não se inserir nesta tipologia, o item 26 (*would be easier to prevent Child Sexual Abuse if there was sex education at schools*) também apresenta alto índice de *missings* (4,8%).

Duas são as conclusões que se levantam aqui para as respostas isentas: (1) a hipótese que sexo e sexualidade, mesmo em termos de uso para prevenção de uma problemática significativa no país, é assunto que mereça mais atenção neste contexto a indicar o grau de desconforto e insegurança dos respondentes, e conseqüente evitamento ao assunto; (2) as informações e conhecimentos a respeito da discussão sobre sexo e sexualidade e seu papel ativo na prevenção do ASC serem insuficientes, fator que imobilizaria qualquer iniciativa de resposta.

5.1.3. Informação desadequada (pontos 4 e 5 da escala)

No patamar das informações consideradas desadequadas, nota-se apenas 4 item no total, no entanto, de extrema relevância para dada investigação. Respectivamente são eles: os itens 11 e 18, referentes a pontuação 4 da escala (concordo), e os itens 9 e 10, referentes a pontuação 5 da escala (concordo plenamente).

Referente a pontuação 4 da escala, tem-se assinalado o item 11, *the person who is sexually abusing a child uses force for sexually abusing a child*, o qual faz alusão a

mitificação das estratégias utilizadas pelo agressor para cometer uma ofensa sexual e o tipo específico de abuso, a violação. Dado mito pauta-se na premissa que ASC é sinónimo de violação, a desconsiderar abusos sexuais cometidos por meio do uso de outras tipologias de estratégias como coerção, manipulação, etc. e desta forma dificultar o reconhecimento do mesmo.

O item 18, *Child Sexual Abuse usually happens at dangerous and empty places* refere-se às circunstâncias da situação abusiva. Ao tocar à imagem estereotipada do perigo relacionado a circunstâncias estereotipadas de violação. Igualmente ao item 4, dado item retifica a ideia de ser a violação e o ASC o mesmo fenómeno. Aqui observar-se o curioso fato da investigação, em seu curso de sensibilização apresentado na língua local, ter encontrado imensas dificuldades com sua equipe de língua nativa local¹⁶ para a tradução do termo “ofensor sexual de crianças”. Relata-se que houve grande inconveniência para tentar se traduzir fielmente dado conceito uma vez que a única palavra conhecida e encontrada pelo grupo fora *rapist*. Adiciona-se ainda o fato da média nacional com frequência nas suas notícias diárias sobre ASC associar diretamente o acontecimento abusivo a violação, a não raro se encontrar manchetes como *Owner's son rapes 3-year-old in Delhi playschool*¹⁷ em seus principais jornais.

Por fim, é interessante perceber que os dois únicos itens pertencentes ao grupo de respostas concordo plenamente (ponto 5 da escala) em que se encontra a maior intensidade de informação lacunar sobre o ASC e o maior grau de concordância dentro do questionário, fazem referência ao ofensor sexual infantil e seus estigmas, mitos e estereótipos.

O item 9, *The person who is sexually abusing a child is ill in his/ her mind and needs psychological treatment*, concentra 49,3% de suas respostas totais, enquanto que o item 10, *The person who is sexually abusing a child is a monster*, concentra 54,5% das mesmas, a concluir que aproximadamente 50% da população de respondentes aponta para uma representação social do ofensor como um doente mental e um monstro. Dados resultados

¹⁶ A língua oficial do estado de Kerala, Malayalam.

¹⁷The Times of India, September, 26, 2014. Acessado em 26/09/2014. http://timesofindia.indiatimes.com/city/delhi/Owners-son-rapes-3-year-old-in-Delhi-playschool/articleshow/43521985.cms?utm_source=facebook.com&utm_medium=referral&utm_campaign=TOI

apontam que a maior lacuna que se tem a respeito do ASC nesta população relaciona-se intimamente com a representação negativa, estigmatizada e estereotipada do ofensor sexual de crianças. Aqui também de se ressaltar a observação de campo da investigação que verificou não ser a pedofilia neste contexto um estigma demasiado direto a patologização do ofensor. Verificou-se durante a apresentação em língua local (como mencionada anteriormente) a mesma questão a respeito da pedofilia (abordada em dada sessão no power point): não se encontrava termo fácil, rápido e corriqueiro para tradução de dado conceito, a ser preferível assim explicá-lo do que traduzi-lo. Novamente, o único termo que facilmente surgia ao grupo era *rapist*.

5.2. Interpretação relativa as dimensões da escala

5.2.1. Dimensão 1: Falta de informação

A dimensão 1, denominada *falta de informação*, é composta por 17 itens o qual inclui: 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 18, 19, 20, 21, 25, e 31. Respectiva dimensão avalia opiniões e ideias relativas a falta de informação que se tem a respeito do abuso sexual de crianças. Observou-se que respectivamente inseridos nesta dimensão encontram-se majoritariamente itens relativos a tipologia da vítima (1,5,6,8,25) e tipologia do ofensor (9,10,11,12,13,14,19,20,31). Os itens faltantes a estes dois grupos, 4 e 18 fazem referência isolada, em respectivo, a: epidemiologia do ASC (frequência) e causas do ASC (características da situação abusiva).

5.2.2. Dimensão 2: Desvalorização do fenómeno

Na dimensão 2, denominada *desvalorização do fenómeno*, encontram-se incluídos 14 itens: 1, 2, 7, 15, 16, 17, 22, 23r, 24, 26r, 27r, 28, 29 e 30, que avaliam opiniões e ideais das quais tendem a desvalorizar o abuso sexual de crianças enquanto ocorrência de relevância, também relativo ao silêncio que se estabelece sobre este. Notou-se que respectivamente inseridos nesta dimensão encontram-se majoritariamente itens relativos a prevenção e intervenção, a aqui a expressar-se não raro pela temática silêncio (1,2,26,27,28,29), consequências (22,23), definição (15, 16) e fatores socioculturais. Os itens faltantes, 7, 17, 24 e 30 fazem referência isolada, em respectivo, a: epidemiologia do ASC (frequência), causas do ASC (características da situação abusiva), tipologia da vítima e fatores socioculturais ao abuso.

De se sublinhar que, como visto anteriormente, constata-se por meio da correlação positiva entre os fatores a existência de uma relação direta entre a informação e a valorização do ASC. Desta forma indica-se o fato do conhecimento a respeito do ASC incentivar a valorização do mesmo enquanto problemática e vice-versa. Para as campanhas de sensibilização, dado resultado apenas reitera a necessidade de se informar para então se valorizar e assim trabalhar em prol da prevenção e intervenção a problemática.

Como mencionado anteriormente neste capítulo o valor da média total indica o grau de informação (quanto menor o valor, maior o grau de informação) e valorização desta problemática (quanto menor o valor, maior a valorização). Os resultados referentes a média global revelam um valor mais elevado no que se refere à falta de informação (2,48) do que no que se refere à desvalorização (1,85) do abuso sexual de crianças. É assim que se observa que nestas instâncias a falta de informação é maior/ mais acentuada do que a desvalorização do ASC. Discute-se então que neste contexto e por meio desta análise descritiva dos dados a falta de informação não compromete em igual escala a valorização do abuso., a indicar o fato de que pode-se valorizar o fenómeno mesmo quando da sua ignorância relativa ao conhecimento social sobre o mesmo.

6. Limitações do Estudo

Consideramos o presente estudo limitado por primordialmente alguns fatores: (1) a língua, a considerar ter sido a coleta feita em inglês por ser a língua comum a investigação e a amostra, no entanto, esta não se identifica como a língua materna a ambos, a poder causar lacunas na comunicação; (2) homogeneidade da amostra em termos de género, NSE, idade; (3) construção semântica de alguns itens, como o item 9 o qual inclui conteúdo duplo a afirmação; (4) distribuição dos itens no questionário, a algumas respostas poderem sofrer influências de itens “vizinhos”; (5) o fato de a investigadora não pertencer ao contexto sociocultural da investigação, o que poderá eventualmente ter causado leituras descontextualizadas em algumas temáticas; (6) o contexto sócio histórico da coleta de dados, em que casualmente ocorreu logo após o marcante caso *Nirbhaya ou Déhli-gang rape*. A casualidade em questão poderá ter influenciado o conhecimento social sobre o tema em dada ocasião, momento no qual exaustivas notícias, estímulos e informações a respeito do abuso sexual e violência sexual contra a mulher eram vinculadas pela média e discutidas entre a população no país; (7) o fato do uso da Escala de Likert poder ter comprometido em

alguns contextos a desejabilidade social e pressão social de respostas assumidas como “certas” ao invés “do que se pensa sobre”; (8) o fato de uma maior percentagem de itens relacionar-se em seu conteúdo em maior quantidade a variável vítima e agressor em comparação as outras variáveis.

É desta forma que se julga ser importante generalizar os resultados deste estudo com cuidado. No entanto, uma consistência deste estudo faz alusão aos participantes do mesmo não terem sido auto-selecionados com bases de interesse no assunto ou afinidades e sim terem sido escolhidos devido a sua disponibilidade e acessibilidade. Estudos futuros podem contar com os dois géneros e com uma amostra de mesma faixa etária, no entanto de outros NSE. Será importante investigar a percepção do público masculino igualmente inserir-se em coleta de dados em momento que casos públicos de abuso sexual não estejam tão quantitativamente e qualitativamente presentes.

Conclusões

Quando falamos em abuso sexual de crianças estamos ainda a considerar um fenómeno, como cita Fávero (2003), de carácter proibido, privado e silenciado. Sabemos ainda, como afirma Furniss (1981), que por se relacionar a categorias sexo, sexualidade e sexismo, o abuso sexual na infância encontra-se em um formato de campo de guerra para opiniões intensas e estrondosas. *Há de se ter cuidado onde e como se pisa neste campo de batalha.* As variáveis citadas por Fávero (2003) ao mesmo tempo que produzem uma hiper sensibilização em algumas das componentes do ASC, insensibilizam outras. Ao passo que, para o que se está sensibilizado, parece-se saber mais e contraditoriamente, ao que se insensibiliza, conhece-se cada vez menos.

Atentos a este fato, o projeto social em que esta investigação se insere, escolheu por cuidadosamente selecionar um estudo prévio a construção de seu curso de sensibilização, prevenção e intervenção ao ASC. Nosso objetivo era verificar o grau de conhecimento acerca da temática para assim selecionar conteúdo e abordagem mais apropriada a este, ao inseri-lo ao formato com que dado projeto trabalha sobre, a técnica conhecida com *CHI, computer human interaction*. Era de nosso desejo tornarmos sensíveis ao conhecimento do outro para somente deste modo sermos aptos de sensibilizá-los.

Ao realizarmos nosso estudo assumimos o compromisso científico de reconhecermos o conhecimento social que se tem ao abuso sexual de crianças a fim de percebermos quais seriam seus pontos de sensibilidade ao conhecimento e insensibilidade a este. Era de nosso desejo também compreender até qual extensão o insensível desvalorizaria a sensibilidade. Em simultâneo, o questionário PS2 pretendeu ser um instrumento para a avaliação do conhecimento social sobre o abuso sexual de crianças em determinado contexto sociocultural, nomeadamente, neste caso, a Índia.

Foi deste modo que nosso estudo pretendeu investigar e avaliar as qualidades psicométricas do instrumento criado para efeito enquanto avaliou-se simultaneamente o conhecimento social de dada amostra acerca da temática. Daqui concluímos que este instrumento tem sua potencialidade, como o fato de disponibilizar os diferentes graus de adequação e inadequação/ desvalorização do conhecimento social a respeito de variáveis e categorias dentro do universo da temática. No entanto, é necessário que se trabalhe em prol de seu aperfeiçoamento e assim superar as limitações deste estudo. A validação do construto, consideramos, foi positiva, as análises permitiram averiguar a sensibilidade deste, apesar de os valores de fidelidade e validade serem considerados abaixo do desejável.

No que toca ao conhecimento social verificado, observa-se a convergência com alguns dados da literatura do ASC. Se há negligência, lacuna, desadequação de informação, esta se relaciona diretamente e mais intensamente com a figura do agressor sexual, um domínio paradoxalmente ainda mais polêmico, privado e silenciado ao mesmo tempo que escandalizado, criminalizado e desumanizado. De se sublinhar a urgente necessidade de transformar esta condição de sujeitos assujeitados (Rodrigues, 2014) em que os discursos de senso comum, de média e científicos colocam o ofensor sexual de crianças. É deste modo que observa-se um fenómeno de ignorância dupla a esta variável: (1) ignora-se o conhecimento geral sobre os ofensores; (2) ignora-se a existência do ofensor enquanto sujeito também de direitos, a ser este reproduzido somente pela imagem do mais temível e repudiado criminoso.

Segundo Manita (2004) *“the first step towards addressing any problema of this kind (perpetrators of violence) is developing scientific or empirical knowledge about it”* (Manita, 2004, p.58). Em adição, a mesma autora enfatiza que uma outra via para não-violência (ASC) seja a intervenção psicológica em agressores, conceitualizada por meio da ideia de

intervir junto aos ofensores para favorecer a mudança na problemática. Mostra-se necessário desta forma clarificar o conhecimento acerca destes, para então mudar os discursos e assim incentivar as práticas de prevenção e intervenção junto a este grupo. Feito isto, desenvolve-se e implementa-se mais soluções a problemática, a trabalhar-se em prol da mesma.

Ainda ao que concerne ao conhecimento social em sua análise descritiva, faz-se interessante notar o fato da tipologia de informação adequada concentrar 23 dos 31 itens totais do questionário, o que não era esperado pela investigação. Partimos do pressuposto que em um contexto em que sexo e sexualidade se constituem como marcante tabu, e em consequência, a educação sexual e trabalhos preventivos a violência sexual na infância serem raros, a tipologia de informação adequada aparecesse em menor frequência ao contrário do que mostrou em resultados.

Concluímos assim que se o fator desejabilidade social, causado pelo uso da escala de Likert, bem como o contexto histórico de violência sexual contra a mulher durante a coleta de dados, possa ter interferido e enviesado nossos resultados. No entanto, também avaliamos a possibilidade de nossa amostra ter adquirido dado conhecimento adequado ao ASC por meio de experiências pessoais próprias, vivenciadas em primeira pessoa, segunda ou terceira... a validar as estatísticas oficiais do país que, a lembrar, possui 53% de sua população de crianças a sofrer ASC em seu território. Há de então se considerar o fato que estaríamos lidando com uma amostra direta do que se classifica como adultos sobreviventes ao ASC e/ou de adultos que acompanharam de maneira direta a experiência abusiva de terceiros próximos. A deste modo indicar a necessidade de desenvolver maior quantidade de investigação nos campos de incidência e prevalência de ASC no país.

A observar-se a dimensão 1, falta de informação, ser composto majoritariamente por aspectos referentes a tipologia do ofensor e da vítima, os resultados ainda apontam para a falta de informação a respeito da tipologia da vítima. Indica-se ainda a importância em clarificar a confusão que se faz entre violação e abuso sexual na infância e a relevância em melhor esclarecer e valorizar os efeitos da educação sexual e a discussão aberta sobre sexo e sexualidade, bem como seu interesse para escola no domínio da prevenção e intervenção ao fenômeno. Neste âmbito, observar-se ser essencial desvalorizar o silêncio que se instaura sobre os aspectos de prevenção e intervenção associadas a temática

discussão sobre sexo, educação sexual, etc. questão expressa nos resultados referentes a dimensão 2 e nas frequências de itens assinalados no ponto 3 (isenção de respostas) e presentes na frequência da variável *missings*.

Por fim, levanta-se a questão das isenções de respostas. Julga-se pertinente fazer emergir o assunto controverso relativo ao item 25. Tal item, além de se incluir no conjunto de informações vagas, expressa-se como o item de maior *missings* no questionário. Neste item se discorre sobre a maternidade e o papel feminino na proteção à criança-vítima, o qual é silenciosamente posto em dúvida: simplesmente não se sabe se as *mães sempre acreditam nos abusos sexuais relatados pelos filhos*. As respostas são vagas ou abstinentes. Sobretudo então se observa um silêncio a respeito da postura materna diante de um ASC, indicando uma possível dúvida que paira no ar acerca do comportamento diante deste âmbito da problemática.

Tal fato apenas vem reforçar a necessidade (desse contexto sociocultural) de projeto relacionados ao conceito *Empowering Women* que enfatizem um fortalecimento psicológico, a nível de autoestima, autoeficácia, autoconfiança, autodeterminação, atitude pró-ativa, compreensão crítica da realidade social e política de seu ambiente relacionadas a mulher e sua parentalidade positiva. Segundo Masi (et.al, 2003 in Xavier & Joseph, 2013) o conceito *psychological empowerment* desenvolve as habilidades de poder de decisão, a ser caracterizado por uma grande noção de controle sobre a própria vida, competência e internalização de objetivos. Já muito difundido no país, os projetos relacionados ao que se denomina WE (*Women Empowerment*) concentram-se ainda em grande maioria na dimensão da aquisição de recursos (humanos, intelectuais e financeiros) em detrimento da dimensão de ideologia (crenças, valores e atitudes) do conceito *empowerment*.

É desta forma que concluímos o presente estudo a ressaltar que o conhecimento social que se tem acerca do abuso sexual de crianças na Índia encontra-se debilitado. No campo da psicologia da educação e desenvolvimento da criança, nota-se principalmente a falta de iniciativas teóricas e empíricas a respeito principalmente da figura do agressor sexual de crianças, da educação sexual e discussões abertas sobre sexo e sexualidade e do fortalecimento psicológico da mulher. O que faz perceber a necessidade de desenvolvimento da parentalidade positiva no contexto de seus projetos nacionais de WE.

Referências bibliográficas

- Aggrawal, A. (2009). *Forensic and Medico-Legal Aspects of Sexual Crimes and Unusual Sexual Practices*. USA: Taylor and Francis Group, LLC.
- Almeida, A. (2003). *Abuso sexual de crianças: Crenças sociais e discursos da Psicologia*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Educação e Psicologia – Universidade do Minho, Portugal.
- Antunes, C. (2010). *Abuso Sexual na infância e adolescência: Uma leitura narrativa do impacto e dos processos conducentes à resiliência*. Dissertação de Doutoramento, Escola de Psicologia – Universidade do Minho, Portugal.
- Apne Aap. (2004). *The place where we live is called a red-light area*. Retrieved from http://www.childtrafficking.com/Docs/apneap_04_live_area_0708.pdf
- Bajpai, A. (2006). *Child Rights in India: Law, police and Practice*. (2ª ed.). India: Oxford University Press.
- Barbosa, M. (2011). *A Avaliação Psicológica Forense em Casos de Abuso Sexual em Portugal: Caracterização dos Casos e das perícias (o GEAV como analisador)*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação – Universidade do Porto, Portugal.
- Becker, J. (1994). *Offenders: Characteristics and Treatment. The Future of Children, Sexual Abuse of Children*, 4(2), 176-197.
- Browne, A., & Finkelhor, D. (1986). *Impact of child sexual abuse: A review of the research. Psychological Bulletin*, 99, 66-77.
- Caffaro-Rouget, A., Lang, R. & Van-Santen, V. (1989). *The impact of child sexual abuse on victims' adjustment. Annals of Sex Research*, 2, 29-47.
- Carvalho, Q; Galvão, M & Cardoso, M. (2009). *Abuso Sexual Infantil: percepção de mães em face do abuso sexual de suas filhas. Revista Latino- Americana de Enfermagem*, 17(4). Acedido 15 de Setembro, 2014 em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=281421910011>.

- Collin-Vézina, D; Daigneault, I & Hébert, M. (2013). *Lessons learned from child sexual abuse research: prevalence, outcomes, and preventive strategies*. *Child Adolescent Psychiatry and Mental Health*, 7 (22). Retrieved from <http://www.capmh.com/content/7/1/22>.
- Convenção Sobre o Direito das Crianças. (1989). Retrieved from http://www.dh-cii.eu/0_content/investigao/files_CRDTLA/convencoes_tratados_etc/convencao_sobre_os_direitos_da_crianca-cdc.pdf
- Cromer, L & Freyd, J. (2007). *What Influences Believing Child Sexual Abuse Disclosures? The Roles of Depicted Memory Persistence, Participating Gender, Trauma History and Sexism*. *Psychology of Women Quarterly*, 31, 13-22.
- Damásio, B. (2012). *Uso da Análise Fatorial Exploratória em Psicologia*. *Avaliação Psicológica*, 11 (2), 213-228.
- Daro, A. (1994). *Prevention of Child Sexual Abuse*. *The Future of Children, Sexual Abuse of Children*, 4(2), 1998-223.
- Denov, M. (2003). *The Myth of Innocence: Sexual Scripts and the Recognition of Child Sexual Abuse by Female Perpetrators*. *The Journal of Sex Research*, 40 (3), 303-314.
- Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders. (1994). (4^a ed.) Washington DC: American Psychiatric Association.
- ECPAT International. (2006). *Global Monitoring Report on the status of action against commercial sexual exploitation of children*. Retrieved from <http://www.ecpat.net/sites/default/files/India%201st.pdf>
- Favero, M. (2003). *Sexualidade Infantil e Abusos Sexuais a Menores*. Lisboa: CLIMEPSI.
- Ferreira, A. (2002). *O Atendimento a Crianças Vítimas de Abuso Sexual: avaliação de um serviço público*. Dissertação de Doutorado, Escola Nacional de Saúde Pública – Fundação Oswaldo Cruz, Brasil.
- Finkelhor, D. (1981). *Sexually Victimized Children*. New York, NY: The Free Press.
- Finkelhor, D. (1984). *Child Sexual Abuse: New Theory and Research*. New York, NY: The Free Press.

- Finkelhor, D.(1986). *A Sourcebook on Child Sexual Abuse*. (3ª ed.). New Delhi, India: SAGE Publications.
- Finkelhor, D. (1995). *The Victimization of Children in a Developmental Perspective*. *American Journal of Orthopsychiatry*, 65 (2), 177-193.
- Finkelhor, D. & Luna, R.(1998). *School Based Prevention Programs: Lessons for Child Victimization Prevention*. *Crimes Against Children Research Center*, 1-17.
- Finkelhor, D. (2009). *The prevention of Childhood Sexual Abuse*. *The future of children* , 19(2), 169-194.
- Furniss, T. (1991). *The multi-professional handbook of child sexual abuse: integrated management, therapy, and legal intervention*. (3ª ed.). London: Routledge.
- Gabel, M. (org.) (1992). *Crianças Vítimas de Abuso Sexual*. Paris: Summus Editorial.
- ICRW. (2011). *Solutions to End Child Marriage, what the evidence shows*. Retrieved from <http://www.icrw.org/files/publications/Solutions-to-End-Child-Marriage.pdf>
- Jeglic, E; Spada, A & Mercado, C. (2013). *An Examination of Suicide Attempts Among Incarcerated Sex Offenders*. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 25(1), 21-40. Doi:10.1177/1079063212447201.
- Kendal-Tackett, K; Williams, L & Finkelhor, D. (1993). *Impact of Sexual Abuse on Children: A Review and Synthesis of Recent Empirical Studies*. *Psychological Bulletin*, 113(1), 164-180.
- Kumar, R & Kumar, M. (2006). *AIDS and sex education in schools*. New Delhi: DEEP and DEEP publications PVT. LTD
- Lopes, M. (2009). *The Hunter and the Hunted: A Comparative Study of the Hunting Behavior of Rapists and Child Molesters*. Dissertação de Doutoramento, Instituto de Educação e Psicologia – Universidade do Minho, Portugal.
- Lui, L. (2013). *Uma genealogia da categoria de monstro*. *Primeiros Estudos*, nº 5. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2237-2423.v0i5p21-38>
- Machado, C. (2002). Abuso Sexual de Crianças. In C. & Machado, *Violência e Vítimas de Crimes*, Vol.2 - Crianças , 39-93. Coimbra: Quarteto.

- Manita, C. (2004). Portugal, contribution of Ms Celina Manita. *EG-SEM-MV (2004) Proceedings*, (p. 55- 61).
- Mannarino, A & Cohen, J. (1986). *A clinical-demographic study of sexually abused children*. *Child Abuse and Neglect*, 10, 17-23.
- Martins, P. (2002). *Maus-tratos a crianças - o perfil de um problema*. Braga: Centro de Estudos da Criança, Universidade do Minho.
- Milanez, N & Prates, C. (2013). *O Estereótipo do Monstro: uma discussão sobre a monstruosidade e sua representação social*. Colóquio do Museu Pedagógico, 10 (1). Retrieved from http://www2.uesb.br/labeledisco/wp-content/uploads/2013/03/O-estereotipo-do-monsto_uma-discuss%C3%A3o-sobre-a-monstruosidade-e-sua-representa%C3%A7ao-social.pdf
- Ministry of Women and Child Development (2007). *Study on Child Abuse: India 2007*. Retrieved from <http://wcd.nic.in/childabuse.pdf>
- Morar, N. (2014). *Monster. The Cambridge Foucault Lexicon*. Retrieved from <http://www.cambridge.org/us/academic/subjects/philosophy/twentieth-century-philosophy/cambridge-foucault-lexicon>.
- Mucchielli, R. (1975). *O questionário na pesquisa Psicossocial*. São Paulo, Brasil: Livraria Martins Fontes Editora.
- Murray, J. (2000). *Psychological Profile of Pedophiles and Child Molesters*. *The Journal of Psychology*, 134 (2), 211-224.
- Nunes, M. (2009). *Pedofilização e mercado: o corpo-producto de crianças e adolescentes na era de direitos no Brasil*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação – Universidade do Rio Grande do Sul, Brasil.
- Paiva, F., & Rodrigues, M. (2008). *Habilidades de Vida: Um estratégia preventiva ao consumo de substâncias psicoativas no contexto educativo*. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 673-684.
- Patkar, P & Patkar, P (2005). *Post Rescue Operations*. USA: Sponsored by Groupe Development France & printing supported by AED.

- Asian Center for Human Rights. (2013). *India's Hell Holes: Child Sexual Assault in Juvenile Justice Homes*. New Delhi, India.: Asian Centre for Human Rights.
- Rodrigues, H. (2014). *A Pedofilia e Suas Narrativas, uma genealogia do processo de criminalização da pedofilia no Brasil*. Dissertação de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, Brasil.
- Sagade, J. (2012). *Child Marriage in India: Socio-legal and Human Rights Dimensions*. (2ª ed.). India: Oxford University Press.
- Sanlaap (2010). *Vulnerability of Children Living in the Red Light Areas of Kolkata, India*. Retrieved from http://www.ecpat.net/sites/default/files/YPP_Research_indial.pdf
- Schatzmann, S. (2010). *Inserção internacional e desenvolvimento econômico em países emergentes: o caso Índia*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciência Econômicas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil.
- Thornhill, R & Palmer, C. (2000). *A Natural History of Rape, Biological Bases of Sexual Coercion*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Turner, H; Finkelhor; D. & Omrod, R. (2007). *Family Structure Variations In Patterns and Predictors of Child Victimization*. *American Journal of Orthopsychiatry*, 77(2), 282-295. Doi:10.1037/002-9432.77.2.282
- UNICEF. (2012). *Child Marriage in India, an analysis of available data*. Retrieved from <http://www.unicef.in/documents/childmarriage.pdf>
- Vieira, S. (2010). *Ofensores Sexuais: Das Crenças ao Estilo de Pensamento*. Dissertação de Doutorado, Escola de Psicologia – Universidade do Minho, Portugal.
- Watch Human Rights (2013). *Breaking the Silence, Child Sexual Abuse in India*. Retrieved from www.hrw.org/sites/default/files/reports/india0113ForUpload.pdf
- World Health Organization (1997). *Life Skills Education For Children and Adolescents in Schools: Introduction and Guidelines to Facilitate The Development and Implementation of Life Skills Programmes*. Retrieved from http://whqlibdoc.who.int/hq/1994/who_mnh_psf_93.7a_rev.2.pdf

World Health Organization (1999). *Child Sexual Abuse*. Retrieved from http://www.who.int/violence_injury_prevention/resources/publications/en/guidelines_chap7.pdf

World Health Organization. (2009). *Violence Prevention, the evidence: Preventing violence by developing life skills in children and adolescents*. Retrieved from http://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/life_skills.pdf

Xavier, F & Joseph, M. (2013). *Women Empowerment, the Psychological Dimension*. *Rajigiri Journal of Social Development*, 5(2), 115-134.

Yong, A & Pearce, S. (2013). *A Beginner's Guide To Factor Analysis: Focusing on Exploratory Factor Analysis*. *Tutorials in Quantitative Methods for Psychology*, 9 (2), 79-94.

Anexo1. Questionário PS2

Gender: _____

Age: _____

Pre-Survey 2 on Child Sexual Abuse in India

Under Life Enrichment Education Project

We thank you again for joining to this survey on Child Sexual Abuse in India, your participation in this survey is greatly appreciated. Please answer the questions just by using the checkbox. Your input will help us to better understand the needs of our students and enable us to serve you better. Note that your collaboration in this survey is totally confidential and anonymous.

We thank you in advance for your effort and time.
The research team.

| PS2 questions | Strongly disagree | Disagree | Neither agree nor disagree | Agree | Strongly agree |
|--|--------------------------|-----------------|-----------------------------------|--------------|-----------------------|
| 1.Child Sexual Abuse is something that people shouldn't talk about it. | | | | | |
| 2.Child Sexual Abuse cases shouldn't be disclosed and should be kept in silence. | | | | | |
| 3.Child Sexual Abuse is something that happens just with poor children. | | | | | |

| PS2 questions | Strongly disagree | Disagree | Neither agree nor disagree | Agree | Strongly agree |
|---|--------------------------|-----------------|-----------------------------------|--------------|-----------------------|
| 4.Child Sexual Abuse is something that rarely happens. | | | | | |
| 5.Child Sexual Abuse happens just with girls. | | | | | |
| 6.Child Sexual Abuse happens just with boys. | | | | | |
| 7.Child Sexual Abuse happens just once in a child's life. | | | | | |
| 8.Babies are not sexually abused. | | | | | |
| 9.The person who is sexually abusing a child is ill in his/ her mind and needs psychological treatment. | | | | | |
| 10.The person who is sexually abusing a child is a monster. | | | | | |
| 11.The person who is sexually abusing a child uses force for sexually abuse a child. | | | | | |
| 12.The person who is sexually abusing a child comes often from a low class of society. | | | | | |
| 13.The person who is sexually | | | | | |

| PS2 questions | Strongly disagree | Disagree | Neither agree nor disagree | Agree | Strongly agree |
|--|--------------------------|-----------------|-----------------------------------|--------------|-----------------------|
| abusing a child is always a man. | | | | | |
| 14.The person who is sexually abusing a child is always a woman. | | | | | |
| 15.Child's prostitution is not Child Sexual Abuse. | | | | | |
| 16.Exposing a child to a sexual situation is not Child Sexual Abuse. | | | | | |
| 17.Child Sexual Abuse never happens at home. | | | | | |
| 18.Child Sexual Abuse usually happens at dangerous and empty places. | | | | | |
| 19.The person who is sexually abusing a child is always a stranger, someone that the child doesn't know. | | | | | |
| 20.The person who is sexually abusing a child is always someone that a child knows. | | | | | |
| 21.The person who is sexually abusing a child is never family. | | | | | |

| PS2 questions | Strongly disagree | Disagree | Neither agree nor disagree | Agree | Strongly agree |
|---|--------------------------|-----------------|-----------------------------------|--------------|-----------------------|
| 22. Child Sexual Abuse has not so many consequences. | | | | | |
| 23. Child Sexual Abuse has a lot of consequences for the child and the future adult. | | | | | |
| 24. It is easy for a child to talk about Child Sexual Abuse. | | | | | |
| 25. Mothers are always believing in their children once they talk about a sexual abuse. | | | | | |
| 26. Would be easier to prevent Child Sexual Abuse if there was sex education classes at school. | | | | | |
| 27. If people would talk more about sex Child Sexual Abuse could be better prevented. | | | | | |
| 28. Talking about sex can never prevent Child Sexual Abuse. | | | | | |
| 29. Child Sexual Abuse is a family problem and should be kept inside the family only. | | | | | |
| 30. It doesn't matter what the elders behaviour are, if they sexually abuse a child we should | | | | | |

| PS2 questions | Strongly disagree | Disagree | Neither agree nor disagree | Agree | Strongly agree |
|--|--------------------------|-----------------|-----------------------------------|--------------|-----------------------|
| respect them and not talk about the abuse. | | | | | |
| 31. A child sexual offender can never be the child's own father. | | | | | |
| | | | | | |

Anexo 2.

Tabela. Sensibilidade dos itens individuais através da análise de frequências absolutas e percentuais das respostas de cada item com a amostra global (Ponto na escala de Likert 1-5 v.s. item em ordem crescente e respectiva moda em %).

| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
|--------------|------------|------------|------------|------------|
| 1 (64,7%) | 3 (45,9%) | 20 (34,3%) | 11 (39,2%) | 9 (49,3%) |
| 2 (66,25%), | 5 (41%) | 25 (38,6%) | 18 (28%) | 10 (54,5%) |
| 4 (53,7%), | 12 (40,7%) | 27 (33,8%) | | |
| 6 (45,6%), | 13 (35,5%) | 28 (37,2%) | | |
| 7 (52,6%), | 14 (48,6%) | | | |
| 8 (52,3%), | 19 (41,3%) | | | |
| 15 (44,1%), | 21 (46%) | | | |
| 16 (46,9%), | 24 (48,4%) | | | |
| 17 (49,1%), | 26 (51,2%) | | | |
| 22 (64%), | | | | |
| 23 (60%), | | | | |
| 29 (53,7%), | | | | |
| 30 (74,5%) e | | | | |
| 31 (44,5%). | | | | |